

PARALIMPIADAS ESCOLARES (2006-2018): EVIDÊNCIAS EM MÍDIAS DIGITAIS ACERCA DO EVENTO ESPORTIVO

Giandra Anceski Bataglion¹

Janice Zarpellon Mazo²

Resumo: Este estudo busca investigar como ocorreram as composições históricas das Paralimpiadas Escolares no Brasil, no período de 2006 a 2018. Para tanto, foram coletadas informações em documentos oficiais da competição e em mídias digitais, as quais foram submetidas à análise documental. Evidenciou-se que as primeiras ações, visando à realização das Paralimpiadas Escolares, são datadas do ano de 2006, através do Projeto Paraolímpicos do Futuro, regido pelo Comitê Paralímpico Brasileiro. Tal projeto culminou, em 2009, nas Paraolimpiadas Escolares, competição que ocorre anualmente no país. Nas composições desta contextura, distintas instituições e agentes formaram redes, buscando viabilizar o evento, com variações no seu arranjo.

Palavras-chave: Paralimpiadas Escolares; História do Esporte; Veículos de Comunicação.

School Paralympic games (2006-2018): evidences in digital media about the sports event

Abstract: This study aims to investigate how the historical compositions of the School Paralympic games took place from 2006 to 2018. Therefore, information was collected in official competition documents and in digital media, which were submitted to documental analysis. It was evidenced that the first actions, aiming at the accomplishment of the School Paralympic games, are dated 2006, through the Project Paralympics of the Future, governed by the Brazilian Paralympic Committee. These project culminate, in 2009, in the Paralympic School games, competition that takes place annually in the country. In the compositions of this context, different institutions and characters formed networks, seeking to make the event viable, with variations in its arrangement.

Keywords: School Paralympic games; History of Sport; Communication Vehicles.

Paralimpiadas Escolares (2006-2018): evidencias en medios digitales acerca de la composición del evento deportivo

Resumen: Este estudio busca investigar cómo ocurrieron las composiciones históricas de las Paralimpiadas Escolares en Brasil, en el período de 2006 a 2018. Para ello, fueron colectadas informaciones en documentos oficiales de la competición y en medios digitales, las cuales fueron sometidas a un análisis documental. Se evidenció que las primeras acciones, buscando la realización de las Paralimpiadas Escolares, son datadas del año 2006, a través del Proyecto Paralímpicos del Futuro, regido por el Comité Paralímpico Brasileño. Este proyecto culminó, en 2009, en las Paralimpiadas Escolares, la competición que ocurre anualmente en el país. En las composiciones de esta contextura, distintas instituciones y personajes formaron redes, buscando viabilizar el evento, con variaciones en su forma.

Palabras-clave: Paralimpiadas Escolares; Historia del Deporte; Vehículos de Comunicación.

¹ Doutoranda em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: giandraanceski@gmail.com

² Professora associada da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (ESEFID) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: janice.mazo@ufrgs.br

Introdução

Paralimpíadas Escolares³ é uma competição esportiva, composta por distintas modalidades paralímpicas, na qual participam estudantes com as deficiências física, visual e intelectual. Este evento é uma ação do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), que congrega estados brasileiros (SILVA, 2017), os quais são responsáveis pela organização das delegações que os representam a cada edição. É permitida a participação de estudantes dos sexos masculino e feminino, na faixa etária dos 12 aos 18 anos, os quais devem estar regularmente matriculados e frequentando instituição de ensino fundamental, médio ou especial, pública ou privada, reconhecida pelo Ministério da Educação⁴.

O evento ora investigado apresenta indícios de seu processo de composição histórica no início do ano de 2006, a partir da criação do Projeto Paraolímpicos do Futuro (GORLA; CALEGARI, 2017). Tal projeto emerge como uma iniciativa do CPB, buscando desenvolver o esporte paralímpico escolar⁵ nos estados brasileiros. Para tanto, foram promovidos cursos de capacitação de professores de educação física em distintas regiões do país, visando o aprimoramento dos seus conhecimentos acerca da temática e a ampliação das possibilidades de que os conteúdos referentes ao esporte paralímpico fossem trabalhados nos contextos escolares do país.

A partir do desenvolvimento do Projeto Paraolímpicos do Futuro, há evidências que indicam a realização da primeira competição paralímpica escolar, em nível nacional, no mês de outubro do ano de 2006, a saber: I Campeonato Paraolímpico Escolar Brasileiro de Atletismo e Natação. No ano seguinte, em 2007, dando prosseguimento ao planejamento do CPB, sucedeu o II Campeonato Paraolímpico Escolar Brasileiro, o qual foi alterado em sua denominação inicial por abarcar outras modalidades paralímpicas, além do atletismo e da natação. Há indícios de que estas competições foram viabilizadas por intermédio de uma parceria estabelecida entre o CPB e o Ministério do Esporte no ano de 2006⁶. Ainda, cabe referir que no Projeto Paraolímpicos do Futuro, estava prevista a realização dos I Jogos Paraolímpicos Escolares Brasileiros no ano de 2008 (SENATORE, 2006, p.

³ Para as edições do evento realizadas até o ano de 2011, utilizamos o termo Paraolimpíadas Escolares, em conformidade com o termo originalmente utilizado nas respectivas edições. A partir do ano de 2012, passou-se a utilizar o termo Paralimpíadas Escolares, em consonância com o termo Paralímpico adotado pelo CPB no ano de 2011, atendendo à padronização proposta pelo *International Paralympic Committee* (IPC). Desta forma, das edições do ano de 2012 a 2018, utilizamos o termo oficial e atual do evento, qual seja: Paralimpíadas Escolares.

⁴ PARALIMPÍADAS Escolares 2018. Regulamento Geral. *Comitê Paralímpico Brasileiro*, 2018, p. 9. Disponível em: <<http://www.cpb.org.br/documents/20181/0/regulamento+novo+-+escolares+v4/5a9f36f7-8664-4291-93b4-9082583bbe00>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

⁵ Neste estudo, compreendemos o esporte paralímpico escolar como todas as ações em que crianças e jovens com deficiência matriculadas em instituições de ensino fundamental ou médio, participam, regularmente, da prática esportiva em modalidades paralímpicas, seja em contexto escolar ou em associações, clubes, projetos sociais, etc.

⁶ CLÁUSULA primeira – do objeto. I Campeonato Paraolímpico Escolar de Atletismo e Natação. Ministério do Esporte, Brasília, DF, 18 de julho de 2006.

19), contudo, não foram encontrados indícios da efetivação deste evento. Por sua vez, a competição intitulada Paraolimpíadas Escolares ocorreu no ano seguinte, em 2009, com a estrutura sob a qual incidiram poucas modificações nas edições subsequentes.

A partir destas considerações iniciais, o estudo tem como propósito principal investigar como ocorreram as composições históricas das Paralimpíadas Escolares no Brasil, no período de 2006 a 2018. Para tanto, desdobra-se nas seguintes questões norteadoras: a) Quais foram as instituições e os agentes que atuaram nas composições históricas das Paralimpíadas Escolares, no período de 2010 a 2018; b) Que inter-relações foram estabelecidas entre as instituições envolvidas com as Paralimpíadas Escolares no período demarcado para o estudo; c) Que práticas e representações culturais foram negociadas pelos agentes e pelas instituições interligadas às Paralimpíadas Escolares, no período investigado.

O recorte temporal inicial demarca o ano em que foram encontradas as primeiras ações que, posteriormente, suscitaram as Paralimpíadas Escolares. Por sua vez, o recorte final condiz na última edição da competição, realizada de 19 a 24 de novembro de 2018 no Centro de Treinamento Paraolímpico Brasileiro, em São Paulo. Optamos por não estabelecer recorte por modalidade por entendermos que elas integram os fios de uma rede interdependente no arranjo configuracional da competição. Nessa direção, o estudo busca construir uma versão histórica, tratando dos aspectos socioculturais do fenômeno de forma transversal conforme alude Fortes (2017, p. 14): “o esporte sem distinção de modalidade”. Ademais, em congruência com esse autor, a escolha do objeto de estudo busca romper com a supremacia dos estudos na área do esporte e da comunicação, visto que estes, comumente, estão circunscritos no âmbito dos “megaeventos” como a copa do mundo e os jogos olímpicos de verão em detrimento de competições regionais, escolares, dentre outras não menos relevantes para investigações no contexto esportivo nacional.

Diante do recorte temporal apresentado, asseveramos que as Paralimpíadas Escolares figuram uma história do tempo presente no cenário do esporte paralímpico brasileiro. Para Rémond (2006, p. 209), estudos deste caráter constituem “um bom remédio contra a racionalização *à posteriori*, contra as ilusões de ótica que a distância e o afastamento podem gerar”. Ao buscar compreender o objeto de estudo no âmbito da História do Esporte, nos guiamos pelas noções de práticas e representações culturais. Para Chartier (1988), estas duas categorias são evidenciadas em um processo de longo prazo, caracterizado pelas transformações do estado e das relações humanas, correspondendo ao agir e ao pensar, respectivamente. No presente estudo, as ações engendradas no âmbito do esporte paralímpico escolar podem ser entendidas como práticas, as quais são atravessadas por políticas governamentais e não-governamentais no âmbito esportivo, atuando a partir de e sobre agentes, de modo a concretizar finalidades em torno das Paralimpíadas Escolares. As representações culturais, por sua vez, guardam relação com os significados que são estabelecidos acerca destas práticas, dando sentido e legitimidade a elas (ou não) em um dado contexto social, no caso deste estudo, os estados brasileiros. De tal modo, as referidas noções nos ajudam a refletir sobre as composições históricas das Paralimpíadas Escolares, em uma conjuntura de constantes modificações, incluindo

continuidades e descontinuidades, as quais são fundamentais nas formações sociais e culturais, conforme o autor citado.

Ainda, de acordo com Chartier (1988, p. 25), as práticas e representações culturais remetem para teias humanas que regulam as suas inter-relações, formando estruturas moldadas por grupos de poder. No caso das Paralimpíadas Escolares, as fontes consultadas apontam para a existência de redes de relações entre agentes (dirigentes de instituições e de órgãos públicos, professores, estudantes com deficiência, treinadores, chefes de delegação, entre outros) e instituições (CPB, Ministério do Esporte, secretarias de educação e/ou esporte das unidades federativas do Brasil, escolas, universidades, dentre outras), os quais parecem ter se interligado com vistas a alcançar a comum intenção de incremento do movimento paralímpico brasileiro. A forma encontrada para materializar seus fins, foi a realização de um evento paralímpico escolar.

Outrossim, ponderamos que as composições históricas das Paralimpíadas Escolares são circunscritas em tramas imbricadas à conjuntura sociocultural, política e econômica de cada unidade federativa do país. Isto pode ser evidenciado na participação (ou não) de delegações dos distintos estados brasileiros no evento ao longo de suas edições, bem como em modificações estruturais implementadas neste processo, sendo estas, atravessadas pelas referidas questões. Ademais, o evento Paralimpíadas Escolares, ao promover o encontro de delegações de distintos contextos sociais brasileiros, estimula o contato e as trocas culturais (BURKE, 2005), fundamentais no processo de inclusão social das pessoas com deficiência.

Neste panorama, a temática do esporte paralímpico escolar parece encontrar-se em momento de ascendência no Brasil, dadas as contribuições que o engajamento no esporte proporciona para a inclusão social da população com deficiência (NETO; ABRAHÃO; MOURA, 2017; PANCOTTO, 2017). As Paralimpíadas Escolares, por sua vez, podem favorecer a inserção de estudantes com deficiência das diversas regiões do país no esporte. Nota-se, em documentos oficiais, um relevante interesse do CPB em promover o esporte paralímpico escolar, por meio de ações que visam, além da inclusão social destas crianças e jovens, a detecção de talentos, ou seja, o encontro de futuros atletas paralímpicos (PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, 2010-2016; 2017-2024).

Ao longo do processo das composições históricas das Paralimpíadas Escolares, as informações acerca do evento foram registradas, disseminadas e conservadas de formas peculiares, havendo diferenças em termos do processo de difusão desde as primeiras ações. Os documentos oficiais das duas primeiras edições, por exemplo, foram achados em acervos pessoais e poucas notícias foram encontradas em mídias digitais, como nos *sites* de órgãos públicos do esporte e do próprio CPB. Deste modo, tivemos dificuldades para acessar informações relativas às edições iniciais do evento. Por outro lado, nos últimos anos, a veiculação de informações sobre as Paralimpíadas Escolares em *sites* de internet, assim como em mídias sociais como o *Facebook* e o *Instagram*, ampliaram as possibilidades de busca, uma vez que estas se apresentaram, também, como promissoras à coleta de informações. Neste sentido, como asseverou Fortes (2017), para além de ampliar os objetos de estudo, precisamos mirar as mídias alternativas, ainda pouco aproveitadas nos estudos a respeito do esporte. Acrescentamos que

tal indicação do autor (2017) foi fundamental para garimpar indícios acerca do nosso objeto de estudo, as Paralimpíadas Escolares. Em consonância, Melo (2016) recomenda a aderência às metodologias inovadoras nos estudos historiográficos. Justamente neste ponto situou-se outro desafio na produção do presente estudo, isto é, trilhar outros caminhos metodológicos para abordar o tema.

Nesta perspectiva, para o desenvolvimento deste estudo, recorreremos a variados tipos de fontes⁷, todas acessadas em formato digital. Para a coleta de informações dos anos 2006 e 2007, foram utilizados documentos referentes à negociação de parceria entre CPB e Ministério do Esporte para a realização de competições no âmbito do esporte paralímpico escolar. Desta feita, foi utilizada uma postagem da página do *Facebook* do Professor Vanilton Senatore, onde foi encontrado, além de descrição sobre os arranjos iniciais das Paralimpíadas Escolares, um documento referente à oficialização da referida parceria para a execução do I Campeonato Paraolímpico Escolar Brasileiro de Atletismo e Natação. Ademais, esse *corpus* documental incluiu: o regulamento e sete boletins do I Campeonato Paraolímpico Escolar Brasileiro de Atletismo e Natação; o regulamento e quatro boletins do II Campeonato Paraolímpico Escolar Brasileiro; bem como informações oriundas do “Manual de Orientação para Professores de Educação Física” (versão CD-ROM) (CONDE; SOBRINHO; SENATORE, 2006).

Para a coleta das informações a partir da edição das Paralimpíadas Escolares do ano de 2009, foram utilizados todos os boletins do evento ao longo das edições, totalizando 54 boletins. Os documentos de 2009 a 2017 foram obtidos por meio do *site* oficial do CPB. Cada edição do evento dispõe de quatro a sete boletins, apresentando aspectos a respeito do edital para a inscrição das delegações dos estados na competição, regras para a participação, resultados sobre a classificação funcional dos estudantes, resultados das provas disputadas, classificação geral final das delegações, bem como informações referentes à hospedagem, refeições, confraternização final do evento, dentre outras.

Por sua vez, os boletins da edição de 2018, foram acessados por intermédio do Aplicativo das Paralimpíadas Escolares 2018. Esse aplicativo foi disponibilizado, pela primeira vez, na última edição do referido evento, em 2018, para usuários de aparelhos *Android* e *iOS*⁸. Tal aplicativo ofereceu informações antes, durante e após o evento sobre os seguintes itens: informações gerais do evento, boletins, delegações, modalidades, agenda,

⁷ Agradecemos aos professores Vanilton Senatore (*In Memoriam*) e Rivaldo Araújo da Silva pela cessão de fontes digitais sobre as Paralimpíadas Escolares. O Professor Vanilton, um dos idealizadores das Paralimpíadas Escolares, faleceu em 26 de setembro de 2018, aos 71 anos de idade. No momento de seu falecimento, ocupava cargo de colaborador no CPB (NOTA de pesar - falecimento do professor Vanilton Senatore, 26 set. 2018. Site oficial do CPB. Disponível em: <http://www.cpb.org.br/noticias/-/asset_publisher/IU3LNvrdeyoz/content/nota-de-pesar-falecimento-do-professor-vanilton-senatore?inheritRedirect=false>. Acesso em: 15 jan. 2019). Por sua vez, o Professor Rivaldo Araújo da Silva, ocupava cargo de Coordenador Geral de Esporte para Paraatletas de Alto Rendimento do Ministério do Esporte no período inicial de composição das Paralimpíadas Escolares, atuando também em seu engendramento.

⁸ APLICATIVO trará resultados e informações das Paralimpíadas Escolares 2018. *Site oficial do CPB*, 14 nov. 2018. Disponível em: <http://www.cpb.org.br/noticias/-/asset_publisher/IU3LNvrdeyoz/content/id/119435>. Acesso em: 15 nov. 2018.

resultados, quadro de medalhas, classificação funcional, fotos, além de oferecer acesso direto às páginas das redes sociais do CPB (*Facebook*, *Instagram*, *Twitter* e *YouTube*), ao *Chat online*, assim como à página online oficial do CPB, onde constam informações das Paralimpíadas Escolares, desde a edição do ano de 2009⁹ (Figura 1).

Figura 1: Aplicativo das Paralimpíadas Escolares 2018 – Imagem ilustrativa



Fonte: Capturas de tela do Aplicativo Paralimpíadas Escolares 2018.

A partir deste aplicativo, também foram acessadas as redes sociais do CPB, onde foram encontradas informações postadas nas páginas: *Instagram* (ocpboficial) e *Facebook* (/comiteparalimpico). Estas mídias digitais contribuíram para o incremento das fontes do estudo. Ademais, revisão bibliográfica sobre a temática foi realizada em monografias, dissertações, teses, artigos científicos e anais de eventos, especialmente, nos anais da I a VI edições do Congresso Paradesportivo Internacional, realizadas de 2010 a 2018, e nos anais do I Seminário Internacional Paralímpico Escolar, de 2017. Localizamos uma dissertação de mestrado, dois trabalhos de conclusão de curso e 10 trabalhos em anais de eventos, apresentando as Paralimpíadas Escolares como objeto de estudo. A quantidade de estudos publicados em anais de eventos, sobretudo nos anos de 2017 e 2018, sugere que o tema está se tornando emergente no âmbito da pesquisa no país. Por outro lado, poucos trabalhos foram produzidos em nível de programas de pós-graduação e no âmbito de periódicos acadêmico-científicos, por exemplo. Em vista disso, nosso estudo busca contribuir para a construção de conhecimentos sobre a temática.

⁹ APLICATIVO Paralimpíadas Escolares 2018. Disponível em: <<https://itunes.apple.com/br/app/paralimp%C3%ADadas-escolares-2018/id1440907616?mt=8>>. Acesso em: 27 jan. 2019.

As fontes coletadas foram submetidas à técnica de análise documental. Desta forma, inicialmente os documentos passaram por processo de registro e as informações foram combinadas em categorias. Uma vez que o termo fonte compreende, no campo da história, “dado empírico”, carecendo de problematizações (FORTES, 2017), buscamos contextualizar as informações encontradas, considerando a conjuntura sociocultural, política e econômica de sua produção (ABREU, 2008). Este procedimento incluiu questionar e interpretar as fontes, procurando os seus significados, para além do que está posto (BARROS, 2012). De tal modo, as diferentes fontes adotadas passaram por processos de cruzamentos e comparações, aos quais atribuímos especial relevância para a produção deste artigo, uma vez que elas demandaram um procedimento de confrontação para a viabilização da versão histórica ora apresentada sobre as Paralimpíadas Escolares. Mesmo não tendo a intenção de alcançar uma verdade, procuramos estabelecer constantes relações entre as fontes, o referencial teórico e a revisão bibliográfica, desenvolvendo uma versão plausível sobre o objeto investigado.

Primeiros arranjos da competição paralímpica escolar no Brasil

A partir da interpretação das fontes obtidas, tem-se que os caminhos para as composições históricas da competição esportiva destinada aos estudantes com deficiência no Brasil, teve início com o desenvolvimento do projeto intitulado “Paraolímpicos do Futuro”, o qual foi instituído no país no ano de 2006, por meio do CPB. Tal projeto apresentava como objetivos “divulgar o movimento paraolímpico, oportunizar e facilitar a implantação, em abrangência nacional, da prática do esporte para pessoas com deficiência a partir das escolas do ensino fundamental e médio, das redes pública e privada” (SENATORE, 2006, p. 9). Para tanto, foram promovidos cursos de capacitação para professores de educação física em distintas regiões do país.

Vital Severino Neto, que no momento da criação do Projeto Paraolímpicos do Futuro, era Presidente do CPB, mencionou, no “Manual de Orientação para Professores de Educação Física” (CONDE; SOBRINHO; SENATORE, 2006), que tal iniciativa era uma ideia que estava em discussão no interior do CPB desde o ano 2001, em decorrência do sancionamento da Lei Agnelo Piva – Lei nº 10.264/2001. Esta lei garante que 10% dos recursos obtidos para o esporte paralímpico brasileiro sejam destinados à esfera escolar (REIS; MEZZADRI; SILVA, 2017; SILVA, 2017). Estas informações sugerem que, em um primeiro momento, a implantação de um projeto no âmbito do esporte paralímpico escolar, esteve atrelado a promulgação da referida lei que, ao adentrar o campo do esporte paralímpico, incluía, obrigatoriamente, a execução de ações com viés escolar. Por outro lado, a descoberta de futuros atletas paralímpicos motivava os investimentos e a estruturação de ações nesta esfera esportiva.

Em entrevista concedida a Gorla e Calegari (2017), o Professor Vanilton Senatore, Coordenador Geral do Desporto Escolar do CPB durante a implantação do projeto supracitado, esclareceu que, tendo por base o fundamento e a determinação da referida lei, o CPB centrou seus esforços, buscando no sistema de ensino fundamental e médio o caminho natural da renovação, consolidação e fortalecimento do movimento paralímpico no país. Em vista disso, tem-se que as intenções acerca da detecção de futuros

atletas paralímpicos também atravessou a composição das ações no cenário do esporte paralímpico escolar desde seus primórdios no país. Buscando firmar a relevância desta proposta, aos poucos instituições e sujeitos, por meio de discursos e práticas, criavam representações em torno da temática (BARROS, 2009), as quais, mais adiante, contribuiriam para a instauração e a legitimação de uma competição paralímpica escolar no país.

Como uma primeira ação do Projeto Paraolímpicos do Futuro, com recursos da Lei Agnelo Piva, o CPB produziu o material didático intitulado “Manual de Orientação para Professores de Educação Física” para o desenvolvimento do esporte paralímpico escolar, tendo distribuição dirigida e gratuita no país (CONDE; SOBRINHO; SENATORE, 2006). Este material procurava facilitar o acesso dos professores de educação física às informações e aos conteúdos referentes ao esporte paralímpico, apresentando “um pouco da história do movimento, das características de cada uma das deficiências que são elegíveis para o paraolimpismo, da legislação que assegura o direito a cada um de ter o acesso à prática esportiva e como a escola inclusiva pode contribuir nessa caminhada” (SENATORE, 2006, p. 9). Paralelamente à difusão de informações por meio desta ferramenta, o CPB programou o desenvolvimento de cursos de capacitação nas cinco regiões geográficas do Brasil. Assim, para o ano de 2006, havia o seguinte planejamento: Região Sul (Santa Catarina), Sudeste (Minas Gerais), Centro-Oeste (Mato Grosso do Sul), Nordeste (Ceará) e Norte (Pará). De acordo com notícia veiculada em *site* do Ministério do Esporte, as capacitações foram concretizadas, conforme programado e, na sequência, o Projeto Paraolímpicos do Futuro previa levar este curso para, pelo menos, dois professores de cada município do território nacional até o ano de 2008¹⁰. Até o presente momento, não foram obtidas fontes com registros relativos à concretização disto, o que esperamos acessar por meio da coleta de fontes orais com indivíduos que fizeram parte deste período histórico.

A partir da capacitação dos professores de educação física, esperava-se estimular o desenvolvimento das modalidades paralímpicas nas escolas brasileiras. Neste processo, os professores se configuravam em agentes essenciais para a identificação de potenciais futuros atletas paralímpicos. Segundo informação veiculada pela Secretaria Especial do Esporte, em 2006, o CPB realizou um levantamento, por meio do qual verificou que cerca de 80% dos atletas paralímpicos brasileiros haviam iniciado a prática esportiva apenas na vida adulta¹¹. Nesta direção, almejava-se que o Projeto Paraolímpicos do Futuro contribuísse para o engajamento esportivo das crianças e jovens com deficiência, por intermédio dos ambientes escolares, particularmente, a partir dos 11 anos de idade¹², ampliando, assim, as

¹⁰ MINISTÉRIO do Esporte investe na descoberta do talento esportivo de crianças com deficiência. *Ministério da Cidadania, Secretaria Especial do Esporte*, 22 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/index.php/component/content/article/142-noticias-talento-esportivo/40000-ministerio-do-esporte-investe-na-descoberta-do-talento-esportivo-de-criancas-com-deficiencia>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

¹¹ COMEÇA em Fortaleza o I Campeonato Paraolímpico Escolar de Atletismo e Natação, *Ministério da Cidadania, Secretaria Especial do Esporte*, 25 out. 2006. Disponível em: <<http://esporte.gov.br/index.php/noticias/24-lista-noticias/40671-comeca-em-fortaleza-o-i-campeonato-paraolimpico-escolar-de-atletismo-e-natacao>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

¹² *Idem*.

possibilidades de estes adentrarem e permanecerem no esporte paralímpico de alto rendimento por maior período de tempo em comparação aos atletas que, até então, compunham o movimento paralímpico no país.

O Projeto Paraolímpicos do Futuro culminou, ao final do primeiro ano de seu desenvolvimento, na realização da primeira competição paralímpica escolar em nível nacional. Além de promover o desenvolvimento do esporte paralímpico escolar e possibilitar a participação de estudantes com deficiência em uma competição esportiva de abrangência nacional, o evento permitiria a detecção de futuros atletas paralímpicos. Desta forma, havia a intenção de que os estudantes com deficiência que apresentassem bom desempenho na competição fossem encaminhados para concorrer à bolsa atleta na categoria estudantil a partir do ano de 2007.

Desde a implantação do programa bolsa atleta – programa de incentivo do governo federal –, em 2004, por meio da Lei nº 10.891/2004, os estudantes/atletas com deficiência não atendiam a um dos critérios para pleitear bolsa na categoria estudantil, pois não participavam das Olimpíadas Escolares, promovidas anualmente pelo Comitê Olímpico Brasileiro. Até o ano de 2007, esta competição era o único meio de seleção dos atletas que poderiam concorrer à referida bolsa. Desta maneira, os estudantes com deficiência ficavam restritos à inscrição nas categorias nacional, internacional ou olímpica/paralímpica. Ressalta-se que ainda não estavam em vigor as categorias base e pódio, acrescentadas no ano de 2012 por meio da Lei nº 7.802 de 2012, a qual alterou a Lei nº 10.891/2004 (REIS; MEZZADRI; SILVA, 2017).

Com a instituição de uma competição paralímpica escolar no país, pretendia-se estabelecer um *ranking* dos estudantes com deficiência, oportunizando a inscrição destes à categoria estudantil do programa bolsa atleta. Para viabilizar a execução deste planejamento, foram encontrados indícios do estabelecimento de uma parceria entre o CPB e o Ministério do Esporte, conforme trechos de documentos:

O Comitê Paraolímpico Brasileiro – CPB propôs a este Ministério apoio/parceria, visando disseminar e fortalecer a prática do paradesporto escolar no Brasil, por intermédio da implementação de um programa de Desporto Escolar Paraolímpico, que conta com dois projetos: “PARAOLÍMPICOS DO FUTURO” e o “CAMPEONATO PARAOLÍMPICO ESCOLAR BRASILEIRO DE ATLETISMO E NATAÇÃO”¹³.

O Comitê Paraolímpico Brasileiro – CPB pretende, através de parceria com este Ministério, que o “I CAMPEONATO PARAOLÍMPICO ESCOLAR BRASILEIRO DE ATLETISMO E NATAÇÃO”, seja a via de acesso para os estudantes/atletas paraolímpicos ao programa Bolsa-Atleta, visto que ainda não temos nenhum evento do desporto escolar específico ou que possibilite a participação desses atletas paraolímpicos, deixando-os, em consequência, inelegíveis para pleitear a Bolsa-Atleta na categoria estudantil¹⁴.

¹³ BRIEFING para a ASCOM/ME. Ministério do Esporte, Brasília, DF, 2006, p. 2.

¹⁴ INFORMAÇÃO - nº 003/2006/CGPAR/DEREN. Ministério do Esporte, Brasília, DF, abril de 2006.

Tal parceria foi estabelecida, por meio do Termo de Cooperação Técnica nº 003/2006¹⁵. Para tanto, o CPB se responsabilizou pelo custeio total do evento por intermédio dos recursos financeiros oriundos da Lei Agnelo Piva, garantindo que a parceria não causaria nenhum impacto nos recursos financeiros colocados à disposição da Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento, para atendimento/apoio aos projetos de esporte para pessoas com deficiência¹⁶. De acordo com este documento, com a assinatura do Termo de Cooperação Técnica mencionado, o evento era homologado, sendo organizado indiretamente pelo Ministério do Esporte, o que garantia o direito, aos estudantes com deficiência, de solicitar sua inscrição no programa bolsa atleta, no ano de 2007.

Conforme as fontes supracitadas evidenciam, como fruto inicial do projeto “Paraolímpicos do Futuro”, foi instituído e realizado por meio da parceria entre o CPB e o Ministério do Esporte, o I Campeonato Paraolímpico Escolar Brasileiro de Atletismo e Natação¹⁷, tendo por finalidade “aumentar a participação em atividades esportivas em todas as escolas do território nacional e promover a ampla mobilização da juventude estudantil brasileira com deficiência física e visual em torno do esporte”¹⁸. Na sequência disto, o Regulamento Geral do I Campeonato Paraolímpico Brasileiro Escolar de Atletismo e Natação (2006, p. 3)¹⁹, em seu Artigo 3º, apresentava os seguintes objetivos: a) Fomentar a prática do esporte escolar com fins educativos; b) Possibilitar a identificação de talentos desportivos nas escolas; c) Contribuir para o desenvolvimento integral do aluno como ser social, autônomo, democrático e participante, estimulando o pleno exercício da cidadania através do esporte; d) Garantir o conhecimento do esporte de modo a oferecer mais oportunidade de acesso à prática do esporte escolar aos alunos; e) Contribuir para o aprimoramento técnico das modalidades em disputa, propiciando oportunidades de competição aos estudantes com deficiência de acordo com as normas do desporto paraolímpico brasileiro.

A fim de promover a participação no evento, a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento encaminhou um ofício circular, convidando as secretárias de educação e/ou esporte dos estados brasileiros para organizarem suas delegações:

Pelo exposto, convidamos essa Secretaria de Estado a integrar-se neste movimento participando, com uma Delegação representativa do estado, do “I Campeonato Paraolímpico Escolar Brasileiro de Atletismo e Natação”, que se realizará na cidade de Fortaleza/CE, no período de 24 a 27 de outubro de 2006, conforme Regulamento encaminhado pelo Comitê Paraolímpico Brasileiro²⁰.

¹⁵ CLÁUSULA primeira – do objeto. I Campeonato Paraolímpico Escolar de Atletismo e Natação. Ministério do Esporte, Brasília, DF, 18 de julho de 2006.

¹⁶ INFORMAÇÃO - nº 003/2006/CGPAR/DEREN. Ministério do Esporte, Brasília, DF, abril de 2006.

¹⁷ CLÁUSULA primeira – do objeto. I Campeonato Paraolímpico Escolar de Atletismo e Natação. Brasília, DF, 18 de julho de 2006.

¹⁸ REGULAMENTO geral. I Campeonato paraolímpico brasileiro escolar de atletismo e natação. Comitê Paraolímpico Brasileiro, Paraolímpicos do Futuro, Brasília, DF, 2006, p. 3.

¹⁹ *Idem*.

²⁰ OFÍCIO-CIRCULAR nº SNEAR/GABAR. Ministério do Esporte, Brasília, DF, 30 de agosto de 2006, p. 1.

Cada estado poderia inscrever até 24 estudantes com deficiência física ou visual, sendo 12 para a modalidade da natação e 12 para o atletismo. Exigia-se que os estudantes estivessem regularmente matriculados e frequentando escolas do ensino fundamental ou médio, da rede pública ou privada, reconhecidas pelo Ministério da Educação, de qualquer estado brasileiro^{21,22}. As provas ocorreram nas categorias infantil (12 a 14 anos de idade) e juvenil (15 a 17 anos), para ambos os sexos, respeitando as classes funcionais de cada modalidade²³. O sistema de competição seguiu as determinações do *International Paralympic Committee (IPC)*.

Destarte, o I Campeonato Paraolímpico Brasileiro Escolar de Atletismo e Natação sucedeu de 24 a 27 de outubro de 2006, na cidade de Fortaleza, Ceará²⁴. Nesta ocasião, houve competição em duas modalidades paralímpicas, o atletismo e a natação. O evento contou com a participação de delegações de 11 estados brasileiros e do Distrito Federal, totalizando 183 participantes, conforme apresentamos no quadro 1.

Quadro 1: Delegações participantes do I Campeonato Paraolímpico Brasileiro Escolar de Atletismo e Natação.

Unidade Federativa	Estudantes participantes	Equipe Técnica	Delegação Total
Bahia	01	01	02
Ceará	17	10	27
Distrito Federal	07	02	09
Goiás	01	01	02
Minas Gerais	14	07	21
Pará	17	12	29
Paraná	09	13	22
Rio de Janeiro	01	02	03
Rio Grande do Norte	11	09	20
Rondônia	03	02	05
Santa Catarina	06	03	09
São Paulo	23	11	34
Total de participantes			183

Fonte: Boletim Oficial nº 5 do I Campeonato Paraolímpico Brasileiro Escolar de Atletismo e Natação (2006)²⁵.

Com a maior delegação competindo, o estado de São Paulo conquistou o primeiro lugar na classificação geral final do campeonato^{26,27}. Além da

²¹ INSCRIÇÕES abertas para o Iº Campeonato Paraolímpico Escolar Brasileiro. *Ministério da Cidadania, Secretaria Especial do Esporte*, 22 set. 2006. Disponível: <<http://www.esporte.gov.br/index.php/noticias/24-lista-noticias/40719-inscricoes-abertas-para-o-i-campeonato-paraolimpico-escolar-brasileiro>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

²² REGULAMENTO geral. I Campeonato paraolímpico brasileiro escolar de atletismo e natação. Comitê Paraolímpico Brasileiro, Paraolímpicos do Futuro, Brasília, DF, 2006, p. 11.

²³ *Idem*.

²⁴ Boletim oficial nº 5. Comitê Paraolímpico Brasileiro, Paraolímpicos do Futuro, Brasília, DF, p. 1- 11, 2006.

²⁵ *Idem*.

²⁶ *Idem*.

²⁷ SÃO PAULO conquista pela sétima vez o título geral das Paralimpiadas Escolares. *Site oficial do CPB*, 23 nov. 2018. Disponível: <http://www.cpb.org.br/noticias/-/asset_publisher/IU3LNvrdeyoz/content/sao-paulo-conquista-pela-setima-vez-o-titulo-geral-das-paralimpiadas-escolares?inheritRedirect=false>. Acesso em: 25 nov. 2018.

parceria entre o CPB e o Ministério do Esporte, o I Campeonato Paraolímpico Escolar Brasileiro de Atletismo e Natação contou com o apoio da Secretaria de Esporte e Juventude do Estado do Ceará (SEJUV) e da Universidade de Fortaleza (UNIFOR)²⁸. O Departamento de Ciências da Saúde da UNIFOR e a SEJUV, cederam instalações esportivas para a realização do evento. O estabelecimento das referidas parcerias foram precedidas por reuniões entre os dirigentes e representantes de distintas instâncias institucionais. Ao construírem e compartilharem um conjunto de interesses, aos poucos, estes indivíduos, por intermédio de suas respectivas instituições, contribuíam para a (re)construção e (re)significação do esporte paralímpico escolar brasileiro.

A formação de conexões entre agentes de distintos estados brasileiros pode ser evidenciada desde os arranjos iniciais da competição. A interdependência de relações e interesses permearam os primeiros passos nas composições históricas das Paralimpíadas Escolares. De tal modo, um fio condutor parece ter guiado esta constituição. Neste cenário, carregado de elementos culturais, sujeitos estabeleciam redes, passando a agir nelas e por elas. Ainda, tal conjuntura seria permeada por variações, tanto no tempo, quanto no espaço, conforme Burke (2011).

Preservando os objetivos e a estrutura organizacional do primeiro evento, para o ano seguinte, 2007, foi planejado o II Campeonato Paraolímpico Escolar Brasileiro, a ser realizado no período de 20 a 26 de outubro, em Sertãozinho, São Paulo^{29,30}. Contudo, nesta segunda edição do evento, além das modalidades do atletismo e da natação, foram ofertadas as modalidades de *goalball* e tênis de mesa³¹. Além da inclusão de modalidades, esta edição do evento contemplou a participação de crianças e jovens com deficiência intelectual³². Participaram delegações de 13 estados e do Distrito

²⁸ REGULAMENTO geral. I Campeonato paraolímpico brasileiro escolar de atletismo e natação. Comitê Paraolímpico Brasileiro, Paraolímpicos do Futuro, Brasília, DF, p. 1- 38, 2006.

²⁹ CAMPEONATO Paraolímpico Escolar inscreve participantes até o dia 20 deste mês, *Ministério da Cidadania, Secretaria Especial do Esporte*, 10 set. 2007. Disponível em: <<http://esporte.gov.br/index.php/noticias/24-lista-noticias/39964-campeonato-paraolimpico-escolar-inscreve-participantes-ate-o-dia-20-deste-mês>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

³⁰ Sobre o local de realização do II Campeonato Paraolímpico Escolar Brasileiro, em duas fontes foi localizada a informação, apontando a cidade de Sertãozinho, em São Paulo, como sede do evento: (II Campeonato Brasileiro Escolar Paraolímpico. Regulamento Técnico. Comitê Paraolímpico Brasileiro, Paraolímpicos do Futuro, Brasília, DF, p. 1-17, 2007; CAMPEONATO Paraolímpico Escolar inscreve participantes até o dia 20 deste mês. *Ministério da Cidadania, Secretaria Especial do Esporte*, 10 set. 2007. Disponível em: <<http://esporte.gov.br/index.php/noticias/24-lista-noticias/39964-campeonato-paraolimpico-escolar-inscreve-participantes-ate-o-dia-20-deste-mês>>. Acesso em: 08 jan. 2019). Contudo, os boletins do campeonato, assim como o estudo de Gorla e Calegari (2017), indicam Brasília, no Distrito Federal, como o local que teria sediado o evento. Desta maneira, acreditamos que uma mudança relativa à sede do evento possa ter ocorrido.

³¹ II Campeonato Brasileiro Escolar Paraolímpico. Boletim oficial 004. Comitê Paraolímpico Brasileiro, Paraolímpicos do Futuro, Ministério do Esporte, Brasília, DF, p. 1-13, 23 de outubro de 2007.

³² CAMPEONATO Paraolímpico Escolar inscreve participantes até o dia 20 deste mês, *Ministério da Cidadania, Secretaria Especial do Esporte*, 10 set. 2007. Disponível em: <<http://esporte.gov.br/index.php/noticias/24-lista-noticias/39964-campeonato->

Federal e se calculou cerca de 600 participantes na competição. Há indícios de que o estado do Rio de Janeiro tenha obtido a primeira colocação na classificação geral final da competição, conforme registrado no *ranking* dos primeiros colocados em cada edição, divulgado em notícia veiculada pelo CPB ao final das Parolimpíadas Escolares 2018³³. As fontes obtidas sobre a edição do evento realizada no ano de 2007 não nos permitem apresentar informações mais detalhadas, visto que há muitas divergências de dados nelas.

As fontes acessadas para este estudo evidenciaram a participação do estudante Leomon Moreno da Silva na modalidade de atletismo no II Campeonato Paraolímpico Escolar Brasileiro³⁴. Posteriormente, e, atendendo a um dos objetivos do evento, ele passou a ser atleta paralímpico de alto rendimento, integrando a seleção brasileira de *goalball*, tendo participado das conquistas da prata nos Jogos Paralímpicos de Londres, em 2012, e, do bronze nos Jogos Paralímpicos do Rio de Janeiro, em 2016³⁵. Há indícios, ainda, de que o atleta tenha participado de competições de futebol de cinco antes de se engajar profissionalmente na modalidade de *goalball*, por meio da qual obteve suas principais medalhas³⁶. No evento supramencionado, a prática do *goalball* foi realizada em duas etapas, sendo a primeira, uma aula para todos os estudantes inscritos na modalidade e, também, para os seus professores. O objetivo desta aula era apresentar informações sobre a modalidade, ensinando seus conteúdos específicos (técnicas, táticas e regras)³⁷. A segunda etapa consistiu em um torneio amistoso que objetivava a integração dos estudantes e o maior contato deles com a modalidade, conforme consta nas regras do boletim do evento:

As equipes serão compostas de três jogadores de diferentes equipes (o número de equipes dependerá do número total de jogadores inscritos na competição). E a cada rodada (quando todas as equipes jogarem uma vez), outras equipes serão montadas e um novo torneio terá início. Os jogos terão caráter amistoso e poderemos interromper as partidas para passar instruções aos alunos, como em um treino. Os jogos terão duração de 5 minutos³⁸.

paraolimpico-escolar-inscreve-participantes-ate-o-dia-20-deste-mês>. Acesso em: 08 jan. 2019.

³³ SÃO PAULO conquista pela sétima vez o título geral das Parolimpíadas Escolares. *Site oficial do CPB*, 23 nov. 2018. Disponível: <http://www.cpb.org.br/noticias/-/asset_publisher/IU3LNvrdeyoz/content/sao-paulo-conquista-pela-setima-vez-o-titulo-geral-das-parolimpiadas-escolares?inheritRedirect=false>. Acesso em: 25 nov. 2018.

³⁴ II Campeonato Brasileiro Escolar Paraolímpico. Boletim oficial 007. Comitê Paraolímpico Brasileiro, Paraolímpicos do Futuro, Ministério do Esporte, Brasília, DF, p. 1-19, 25 de outubro de 2007.

³⁵ APLICATIVO Parolimpíadas Escolares 2018. Disponível em: <<https://itunes.apple.com/br/app/paralimp%C3%ADadas-escolares-2018/id1440907616?mt=8>>. Acesso em: 27 jan 2019.

³⁶ LEOMON Moreno da Silva, *Rede Nacional do Esporte*, 14 ago. 2018. Disponível em: <<http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/megaeventos/paraolimpiadas/medalhistas/leomon-moreno-da-silva>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

³⁷ II Campeonato Brasileiro Escolar Paraolímpico. Boletim oficial 004. Comitê Paraolímpico Brasileiro, Paraolímpicos do Futuro, Ministério do Esporte, Brasília, DF, p. 1-13, 23 de outubro de 2007.

³⁸ *Idem*.

Nota-se o esforço da organização do evento para a inserção da modalidade do *goalball* na competição. Na referida edição, das 14 unidades federativas inscritas, quatro possuíam equipes para a participação no torneio amistoso, são elas: Santa Catarina, Minas Gerais, Paraná e Pará. Não foram localizadas informações sobre o número de estudantes inscritos por cada equipe. Há indícios^{39,40,41} de que havia a intenção de inserção das modalidades do futebol de cinco e do futebol de sete nesta edição do evento. No entanto, não encontramos dados sobre a disputa destas modalidades nos boletins referentes ao ano de 2007. Deste modo, acreditamos que as modalidades foram oferecidas, contudo, não obtiveram o número suficiente de inscritos para as competições (duas equipes para cada modalidade). Uma possível explicação para essa situação está relacionada à dificuldade dos estados para a composição de equipes para a disputa em modalidades coletivas. Isto consiste em um desafio para as delegações até as recentes edições das Paralimpíadas Escolares. Para favorecer a participação nas modalidades coletivas foram realizadas adaptações nas regras para além das adequações já existentes nas modalidades paralímpicas. Um exemplo dessa alteração está na diminuição do número de jogadores em quadra.

Ao escrever o capítulo introdutório do “Manual de Orientação para Professores de Educação Física”, o Professor Vanilton Senatore destacou que o Projeto Paraolímpicos do Futuro consistia em uma iniciativa fundamentada em uma extensa experiência que indicava a necessidade de um olhar para o futuro do movimento paralímpico brasileiro. Assim, pretendia-se colher frutos deste projeto em médio e longo prazo, não se tratando em uma ação de cunho imediatista. Nesta perspectiva, destacou que os resultados começariam a “ser percebidos a partir de 2008 com a realização do I Jogos Paraolímpicos Escolares Brasileiros” (SENATORE, 2006, p. 19). Não foram encontrados indícios da realização dos I Jogos Paraolímpicos Escolares Brasileiros no ano de 2008. Vestígios⁴² sugerem a ausência de competição paralímpica escolar neste ano em função de que as atenções dos órgãos organizadores estavam centradas na preparação da delegação brasileira para a 13ª edição dos Jogos Paralímpicos, realizados em Pequim, na China. Conforme análise das fontes, evidenciamos que a competição que se pretendia realizar, sucedeu no ano seguinte, em 2009, com a denominação de Paraolimpíadas Escolares. A partir de então, o evento é anual.

A postagem realizada pelo Professor Vanilton Senatore em sua página do *Facebook*, na data de 30 de maio de 2016, contribui para a compreensão dos primórdios das composições históricas desta competição, a saber: “O primeiro evento aconteceu em FORTALEZA, CE, em setembro de 2006 com

³⁹ CAMPEONATO Paraolímpico Escolar inscreve participantes até o dia 20 deste mês, *Ministério da Cidadania, Secretaria Especial do Esporte*, 10 set. 2007. Disponível em: <<http://esporte.gov.br/index.php/noticias/24-lista-noticias/39964-campeonato-paraolimpico-escolar-inscreve-participantes-ate-o-dia-20-deste-mês>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

⁴⁰ BRIEFING para a ASCOM/ME. Ministério do Esporte, 2007, p. 2.

⁴¹ II Campeonato Brasileiro Escolar Paraolímpico. Regulamento geral. Comitê Paraolímpico Brasileiro, Paraolímpicos do Futuro, Ministério do Esporte, Brasília, DF, 2007, p. 12.

⁴² Vestígios encontrados em anotações do Professor Rivaldo Araújo da Silva, obtidas juntamente com as fontes de seu acervo pessoal das Paralimpíadas Escolares.

as competições de ATLETISMO E NATAÇÃO. Hoje são as PARALIMPIADAS ESCOLARES⁴³. Esta competição esportiva, que desde as primeiras edições carrega consigo objetivos atrelados à detecção de talentos e à inclusão social dos estudantes com deficiência, obteve conquistas ao longo de suas edições, sendo, atualmente, apontada como o maior evento do gênero realizado no mundo⁴⁴. Entretanto, é necessário reunir evidências que ajudem a sustentar tal afirmação. Ademais, cabe ponderar sobre outros significados acerca de suas representações culturais para além dos referidos dados.

Notas sobre as composições da competição escolar: tecendo uma trama

Após a ruptura ocorrida no ano de 2008, em 2009 sucedeu, pela primeira vez, o evento intitulado Paraolimpíadas Escolares, em Brasília, no Distrito Federal⁴⁵ (SILVA, 2017). A partir disto, progressivamente, a competição se consolidou no país, sendo realizada anualmente, sempre no segundo semestre do ano. No processo histórico das composições deste evento, as fontes analisadas trazem indícios da ampliação na rede de instituições, incluindo seus agentes, atuando na sua constituição, a qual é circunscrita por continuidades e descontinuidades. Por um lado, a emergência das Paralimpíadas Escolares preservou os objetivos e os elementos estruturais do I e do II Campeonato Paraolímpico Escolar Brasileiro, apresentados no tópico anterior deste artigo. Os objetivos descritos nos regulamentos dos referidos campeonatos foram conservados ao longo das edições das Paralimpíadas Escolares, apresentando apenas alterações na formação de algumas frases, sem causar reflexos nas suas finalidades (SILVA, 2017). Por outro lado, o ano de 2009 demarca o alargamento no oferecimento de modalidades e a conquista de um evento de maior abrangência no cenário nacional.

Conforme o evento era incrementado, novas instituições e agentes passavam a fazer parte de suas redes de relações. Neste processo, representações eram concebidas e cultivadas, buscando produzir reconhecimento e consolidação do evento, agregando o maior número possível de participantes e simpatizantes. Vale mencionar que as

⁴³ Na postagem, o Professor Vanilton Senatore descreveu que o I Campeonato Paraolímpico Escolar Brasileiro de Atletismo e Natação ocorreu no mês de setembro de 2006. Porém, os boletins oficiais da competição indicam o período de 24 a 27 de outubro de 2006 como datas de realização do evento. Documentos do Ministério do Esporte e notícias veiculadas no referido período no *site* da Secretária Especial do esporte, também apontam estas datas: (I Campeonato paraolímpico brasileiro escolar de atletismo e natação. Boletim oficial nº 1. Comitê Paraolímpico Brasileiro, Paraolímpicos do Futuro, Brasília, DF, p. 1- 11, 2006; OFÍCIO-CIRCULAR nº SNEAR/GABAR. Ministério do Esporte, Brasília, DF, 30 de agosto de 2006, p. 1; COMEÇA em Fortaleza o I Campeonato Paraolímpico Escolar de Atletismo e Natação. *Ministério da Cidadania, Secretaria Especial do Esporte*, 25 out. 2006. Disponível em: <<http://esporte.gov.br/index.php/noticias/24-lista-noticias/40671-comeca-em-fortaleza-o-i-campeonato-paraolimpico-escolar-de-atletismo-e-natacao>>. Acesso em: 08 jan. 2019).

⁴⁴ APLICATIVO Paralimpíadas Escolares 2018. Disponível em: <<https://itunes.apple.com/br/app/paralimp%C3%ADadas-escolares-2018/id1440907616?mt=8>>. Acesso em: 27 jan 2019.

⁴⁵ PARAOLIMPIADAS escolares. Boletim final. Comitê Paraolímpico Brasileiro, p. 1-31, 2009. Disponível em: <<http://www.cpb.org.br/documents/20181/45040/2009-BoletimFINAL.pdf/b9caf2f2-ec26-4c7e-991d-0f029e680be5>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

representações englobam mais do que aquilo que é registrado por intermédio de discursos, imagens e rituais, carregando consigo sentidos e significados ocultos (BARROS, 2009). Nesta direção, procuramos contextualizar particularidades evidenciadas nas tramas desta nova fase que emergiu nas Paraolimpíadas Escolares, a partir de 2009.

O regulamento geral das Paraolimpíadas Escolares do ano de 2009 apresenta o logotipo do Projeto Paraolímpicos do Futuro, assim como nos regulamentos do I e do II Campeonato Paraolímpico Escolar Brasileiro, de 2006 e 2007. Além disso, está presente um símbolo, indicando o apoio do Governo do Distrito Federal, então, sede da edição⁴⁶. A parceria entre o CPB e o Ministério do Esporte permanece manifesta neste regulamento, indicando uma continuidade nos interesses partilhados entre ambas as instituições, ainda que alguns de seus agentes tenham sido alterados neste percurso. Se no regulamento geral das Paraolimpíadas Escolares 2009, o Projeto Paraolímpicos do Futuro continuou sendo representado por meio de seu logotipo, nos quatro boletins oficiais do evento⁴⁷, localizados no *site* oficial do CPB, não há a presença deste símbolo ao longo de suas páginas. Isto parece evidenciar a finalização das atividades referentes a este projeto e uma nova estruturação do evento Paraolimpíadas Escolares, ou seja, não mais como uma competição vinculada a ele.

A partir da edição do ano de 2010, verificamos o estabelecimento de outras parcerias para a realização das Paraolimpíadas Escolares. A partir do boletim de número 1 do evento, evidenciamos o apoio da Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida e do Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Em seminário realizado na câmara de deputados, no ano de 2010, visando discutir temas relativos à educação física escolar e às modalidades paralímpicas, Andrew Parsons, na época presidente do CBP, agradeceu à secretária deste último órgão, Linamara Rizzo Battistella, “por esse grande ato, inclusive com apoio financeiro bastante significativo, não só apoio logístico” (BRASIL, 2011, p. 122). Conforme Furtado (2017), no período de 2010 a 2014, os órgãos públicos do estado de São Paulo contribuíram com recursos financeiros equivalentes a 50% dos gastos totais das edições das Paralimpíadas Escolares, sendo este um valor aproximado de sete milhões de reais.

Nesta conjuntura de parcerias, a competição passa a constituir-se em uma realização do CPB e do Ministério do Esporte, com apoio dos referidos órgãos. Isto pode ser um dos motivos de ser, o estado de São Paulo, a sede das Paralimpíadas Escolares a partir do ano de 2010. Esta rede de instituições ligadas acerca do evento pode ser observada nos boletins do evento entre os anos de 2010 e 2014. Ademais, no ano de 2014, há vestígios, representados em símbolos nos boletins oficiais do evento, do apoio das seguintes empresas: CoCa-Cola, São Paulo Turismo, Companhia de Energia de Tráfego, Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de

⁴⁶ PARAOLIMPÍADAS escolares 2009. Regulamento geral. Comitê Paraolímpico Brasileiro, Ministério do Esporte, Governo do Distrito Federal, Brasília, DF, 2009.

⁴⁷ Foram localizados os boletins de número 2, 3, 4 e 5 no *site* oficial do CPB, não estando disponível o boletim de número 1 das Paraolimpíadas Escolares 2009.

Passageiros de São Paulo (SPUrbanuss), São Paulo Transporte S.A. (SPTrans) e São Paulo Mais Inclusiva.

A partir do ano de 2015, o apoio de órgãos do estado de São Paulo não é evidenciado nos boletins. O estudo de Silva (2017) identificou que esta parceria foi interrompida no ano de 2014, em decorrência da finalização de convênio, sendo retomada no ano de 2016. De acordo com os resultados do estudo de Furtado (2017), isto possui relação com a construção do Centro de Treinamento Paraolímpico Brasileiro, em São Paulo, onde o governo do estado passou a investir recursos, em detrimento do apoio concedido ao evento paralímpico escolar. Destaca-se, ainda, que isto sucedeu em momento de transição de ciclo governamental nos âmbitos municipal, estadual e federal.

Após a retomada do convênio com os órgãos/secretarias de cunho municipal e estadual de São Paulo, no ano de 2016, embora não descrito nos boletins do evento, o apoio é enfatizado em notícias veiculadas pelo CPB em seu *site* oficial, em suas páginas de mídia social e no aplicativo das Paralimpíadas Escolares 2018. Outra apoiadora das Paralimpíadas Escolares, pelo menos, desde o ano de 2013, é a Confederação Brasileira do Desporto Escolar (CBDE), a qual é evidenciada nos documentos oficiais do evento. A CBDE, entidade privada e sem fins lucrativos, é integrada por federações destinadas à administração do esporte educacional nas unidades federativas do Brasil (SILVA, 2017). Contudo, as fontes não expressam detalhes sobre a forma de sua atuação para a realização das Paralimpíadas Escolares.

A partir do ano de 2010, ao mesmo tempo em que foi desvinculada do Projeto Paraolímpicos do Futuro e que incorporou novos órgãos parceiros, as Paralimpíadas Escolares foram contempladas no Planejamento Estratégico do Comitê Paralímpico Brasileiro (PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, 2010-2016). No item programas e projetos deste documento, em nível de desenvolvimento, foi apresentado o denominado Programa Estudantil Paraolímpico (ProEsp)⁴⁸, por meio do qual foram expostos quatro projetos interligados, todos desenvolvidos com recursos exclusivos da Lei Agnelo Piva, quais sejam: a) Projeto Escolar Paraolímpico⁴⁹, b) Projeto Universitário de Capacitação Paraolímpica⁵⁰, c) Projeto Paralimpíadas Escolares⁵¹, d) Projeto

⁴⁸ O ProEsp possuía objetivos no âmbito do esporte paralímpico escolar e universitário, são eles: “O fomento e desenvolvimento do esporte paraolímpico educacional, com promoção dos seus valores junto às escolas do ensino fundamental e médio, como também nas instituições de ensino superior de todo o país; A formação e capacitação de recursos humanos qualificados e embasados no conhecimento acadêmico, técnico e científico, voltados para as ações de preparação técnica e desenvolvimento esportivo de estudantes universitários e profissionais que atuem junto a crianças e jovens com deficiência; A promoção de atividades e eventos esportivos nos níveis de ensino fundamental e médio do país como um fator de complementação educacional fundamental para o desenvolvimento de novos destaques paraolímpicos” (PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, 2010-2016, p. 37).

⁴⁹ Possuía como objetivo incentivar a integração e a inclusão social através de intercâmbios nacionais e internacionais que promovessem a prática e a experiência esportiva formal voltada para crianças e jovens estudantes com deficiência, visando o fomento e o desenvolvimento esportivo de futuros atletas paralímpicos no país (PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, 2010-2016, p. 38). O CPB emitia edital específico de acordo com o conteúdo de caráter formativo ou participativo do intercâmbio nacional ou internacional.

⁵⁰ Promover e valorizar a formação e capacitação de recursos humanos qualificados e embasados nos mais atuais conhecimentos técnico-científicos voltados para as ações de

Clube Escolar Paraolímpico⁵² (PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, 2010-2016). Tais ações permitem observar possíveis intenções direcionadas à expansão em termos do conjunto de instituições e agentes inter-relacionadas pelos ideais de fortalecimento do esporte paralímpico para estudantes com deficiência no país, onde, por intermédio dos referidos projetos, seriam agregadas, além das escolas, clubes, associações e contextos universitários. O conjunto de ações proposto parecia se mostrar promissor para o esporte paralímpico escolar brasileiro, visto que contemplava desde os investimentos no âmbito da formação profissional para a atuação junto aos estudantes com deficiência, até o desenvolvimento deste viés em nível de competição e da descoberta de talentos paralímpicos.

Não conseguimos acessar, até o presente momento, fontes que nos permitissem abordar as interfaces de todos os projetos interligados com as Paralimpíadas Escolares no período de 2010 a 2016. Mas, estudos como os de Gigante e Araújo (2011), Cunha et al (2012), Silva e Carmo (2012) e Sabadin e Lima (2014), apontaram, respectivamente, resultados positivos do projeto Clube Escolar Paralímpico em Brasília, Espírito Santo, Rondônia e Paraná, a partir da inclusão de estudantes com deficiência na prática esportiva regular e na sua participação em competições regionais e nacionais, como as Paralimpíadas Escolares. Sobre este projeto, Andrew Parsons discorreu em seminário da câmara de deputados: “Há um clamor no sentido de que os recursos da Lei Agnelo/Piva não chegam à base. Mas nós vamos fazer com que isso ocorra, Deputado. Dissemos: “Na base da base”. Vamos trabalhar no clube, mas na categoria escolar, visando à geração de 2016 em diante” (BRASIL, 2011, p. 123). Segundo Cardoso (2016) e Furtado (2017), o projeto Clube Escolar Paraolímpico fornecia o valor de 60 mil reais para cada clube/associação contemplado, que eram aproximadamente 20 por ano em todo o país. Assim, de acordo com a autora, o CPB investia cerca de 1,2 milhões por ano, oriundos da Lei Agnelo Piva, para o desenvolvimento deste projeto.

No Planejamento Estratégico (2010-2016, p. 6), o presidente do CPB mencionou que para além dos investimentos nos atletas paralímpicos de alto rendimento – posição que poucos alcançam – visando a conquista de medalhas em Jogos Paralímpicos, a entidade reconhecia a importância e se

preparação técnica de estudantes universitários e profissionais que atuem no desenvolvimento esportivo de crianças, jovens e adultos com deficiência. Para tanto, havia a premissa de participação em seminários, simpósios, cursos técnicos desportivos, arbitragem, classificação funcional, oftalmológica e intelectual; intercâmbios de caráter técnico desportivo e científico – nacionais e internacionais (PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, 2010-2016, p. 39).

⁵¹ Os objetivos e demais informações presentes no Planejamento Estratégico 2010-2016, eram os mesmos descritos nos regulamentos e boletins das Paralimpíadas Escolares.

⁵² Os objetivos do Projeto Clube Escolar Paraolímpico consistiam em valorizar a integração dos clubes/associações, que desenvolviam atividades esportivas para crianças e jovens com deficiência, e as escolas do país, promovendo a inclusão social através de iniciativas que estimulasse a prática e a experiência esportiva formal voltada para esse público, visando o fomento e o desenvolvimento esportivo dos futuros atletas paralímpicos. Os clubes e associações, que deveriam estar filiados/vinculados a sua respectiva associação ou confederação nacional e terem a sua chancela no projeto, poderiam se inscrever em editais específicos, emitidos pelo CPB, estabelecendo os prazos e parâmetros para o recebimento, análise e deliberação dos projetos (PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, 2010-2016, p. 40-41).

comprometia a desenvolver iniciativas no âmbito da inclusão social, ampliando as oportunidades esportivas voltadas para crianças e jovens com deficiência e melhorando a qualificação de profissionais da área, na busca pela “consolidação de um legado de respeito e valorização às diferenças”. Tais propósitos estão manifestos, também, nos objetivos das Paralimpíadas Escolares, a saber:

Fomentar e estimular a participação de estudantes de todo o território nacional com deficiência física, visual e intelectual na prática de atividades esportivas; Oportunizar um ambiente para o desenvolvimento dos destaques esportivos paralímpicos; Utilizar a prática esportiva como fator de integração e intercâmbio sociocultural e desportivo entre estudantes; Garantir o conhecimento do esporte paralímpico de modo a oferecer mais oportunidade de acesso à prática inclusiva escolar em todo o território nacional; Contribuir para o desenvolvimento integral do aluno como ser social, autônomo, democrático e participante, estimulando o pleno exercício da cidadania através do esporte⁵³.

A possibilidade de um efetivo alcance e da concretização dos objetivos supracitados, aparentemente, transcende o evento “Paralimpíadas Escolares” em si, ou seja, percebe-se a intencionalidade de promoção de uma cultura do esporte paralímpico nas escolas de todas as regiões do país, de modo a causar reflexos, em longo prazo, na inclusão social dos estudantes com deficiência. O referido “intercâmbio sociocultural”, estimulado, particularmente, nas ocasiões do evento nacional, favorece tal inclusão. Contudo, há aspectos atrelados aos processos que antecedem e que prosseguem esta competição nacional, os quais carregam consigo significados particulares, ligados aos cenários histórico-culturais brasileiros. Nesta lógica, para que haja a possibilidade de materialização dos objetivos do evento, iniciativas destinadas ao esporte paralímpico escolar nos âmbitos estaduais e municipais são necessárias. Andrade et al (2014) também assinalam a necessidade de que as ações governamentais neste viés sejam elaboradas de acordo com as necessidades de cada contexto sociocultural. Neste sentido, um de nossos desafios é encontrar vestígios que ajudem a compreender em que medida os objetivos das Paralimpíadas Escolares apresentam articulações com o esporte paralímpico escolar, na conjuntura histórico-cultural dos diferentes estados brasileiros.

O desenvolvimento de iniciativas referentes ao esporte paralímpico escolar em cada unidade federativa do país é de responsabilidade dos governos estaduais e municipais, ficando a cargo de entidades locais a busca por incentivos e/ou captação de recursos destinados ao esporte paralímpico (REIS; MEZZADRI; SILVA, 2017; SILVA, 2017). Um exemplo disto, era a possibilidade de captação de recursos por meio do Projeto Clube Escolar Paraolímpico, estabelecendo parceria entre o CBP e entidades locais; porém este foi interrompido no ano de 2013 por questões orçamentárias, de acordo com Furtado (2017), ou seja, antes mesmo do encerramento do ciclo referente ao Planejamento Estratégico, 2010-2016.

⁵³ PARAOLIMPÍADAS escolares 2009. Regulamento geral. Comitê Paraolímpico Brasileiro, Ministério do Esporte, Governo do Distrito Federal, Brasília, DF, 2009.

Por outro lado, o planejamento e a estruturação de ações destinadas à promoção do esporte paralímpico escolar, parecem se apresentar em um momento de ascensão e aprimoramento no Brasil (NETO; ABRAHÃO; MOURA, 2017). Em seu Planejamento Estratégico (2017-2024, p. 2), o CPB apresentou a missão de “promover o esporte paralímpico da iniciação ao alto rendimento, e a inclusão da pessoa com deficiência na sociedade”. Tal documento destaca, no âmbito dos projetos voltados ao esporte paralímpico escolar, além das Paralimpíadas Escolares, os Seminários Paralímpicos Escolares⁵⁴, o Camping Escolar Paralímpico⁵⁵, o Centro de Formação de Esportes Paralímpicos⁵⁶ e o Dia do Atleta Paralímpico⁵⁷.

Sobre as ações citadas, o estudo de Barboza e Leão (2018) referiu o potencial das práticas do Centro de Formação Esportiva para a desconstrução de representações da deficiência como uma condição incapacitante, construindo um cenário em que as crianças e jovens com deficiência são os agentes principais da ação. Nela, se propõe a inter-relação com familiares e indivíduos que fazem parte do círculo de amigos dos estudantes que participam do projeto. De tal modo, nota-se sinais da intenção de se romper com os estereótipos “individualizantes e patologizantes” que ainda permeiam o universo do esporte paralímpico, o quais são evidenciados, frequentemente, em veículos de comunicação. Tais ideais podem colaborar para se avançar nos pressupostos da inclusão social

⁵⁴ Os Seminários Paralímpicos Escolares são realizados uma vez por ano em estados das regiões Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sul e Sudeste do Brasil, buscando engajar e capacitar o maior número possível de profissionais para difundir a atividade esportiva entre as pessoas com deficiência (SEMINÁRIO regional paralímpico escolar 2018. *Site oficial do CPB*, Disponível em: <http://seminarioescolar.cpb.org.br/?doing_wp_cron=1548948132.9093379974365234375000>. Acesso em: 08 jan. 2019).

⁵⁵ O Camping Escolar Paralímpico consiste na realização de duas semanas de treinamento intensivo aos estudantes que se destacam nas edições das Paralimpíadas Escolares. Neste período, os estudantes selecionados são hospedados no setor residencial do Centro de Treinamento Paralímpico, em São Paulo, sendo acompanhados em termos de treinamento, avaliação, alimentação e segurança. Tal ação foi implantada pelo CPB no ano 2018, contando com duas fases de realização por ano (CAMPING Escolar Paralímpico começa nesta quarta com atividade em 11 modalidades. *Site oficial do CPB*, 30 jan. 2019. Disponível em: <http://www.cpb.org.br/noticias/-/asset_publisher/IU3LNvrdeyoz/content/id/125468>. Acesso em: 30 jan. 2019).

⁵⁶ O Centro de Formação Esportiva é um projeto desenvolvido pelo CPB desde abril de 2018, tendo como objetivo promover a iniciação de crianças e jovens com deficiência física, visual e intelectual, na faixa etária de 10 a 17 anos, em oito modalidades paralímpicas, são elas: atletismo, bocha, futebol de 5, *goalball*, judô, natação, tênis de mesa e vôlei sentado. Todas compõem o atual programa dos Jogos Paralímpicos. O projeto é gratuito e podem participar residentes na cidade de São Paulo e municípios vizinhos, com os quais o CPB possui parceria. Uma vez por mês é realizado um festival, no qual cada aluno pode levar um amigo da mesma faixa etária, com ou sem deficiência, para participar das atividades (CENTRO de Formação Esportiva: saiba tudo sobre o projeto do CPB no Centro de Treinamento Paralímpico, em São Paulo. *Site oficial do CPB*, 10 abr. 2018. Disponível em: <http://www.cpb.org.br/noticias/-/asset_publisher/IU3LNvrdeyoz/content/id/95358>. Acesso em: 11 abr. 2018).

⁵⁷ O Dia do Atleta Paralímpico ou Festival Paralímpico se trata de um evento oficial do CPB, o qual prevê a realização de um dia anual de vivências em modalidades paralímpicas às crianças e jovens com deficiência. Tal proposta indica a efetivação do evento em todos os estados do país na mesma data e horário de realização (CPB, 2018).

das pessoas com deficiência por meio do esporte, seja em nível escolar ou no alto rendimento.

Por sua vez, Pereira et al (2018) reconhecem o Centro de Formação Esportiva como um “trampolim” para as seleções paralímpicas de base do CPB, enfatizando o princípio da detecção de talentos deste projeto. Nesta lógica, na ocasião das Paralimpíadas Escolares 2018, os seus integrantes que participaram da competição, representando a delegação do estado de São Paulo, e que apresentaram bom desempenho nas modalidades disputadas, tiveram seus nomes mencionados como “destaques” em notícia veiculada no *site* do CPB⁵⁸. Em continuação, o Camping Escolar Paralímpico atua como um momento de “refinamento”, ao identificar os estudantes “destaques” nas Paralimpíadas Escolares e colocá-los na rotina de atletas de alto rendimento (SOUZA; PEREIRA; CABRAL, 2018).

O esporte paralímpico escolar representa um relevante viés do esporte para as pessoas com deficiência no Brasil, se tratando de uma das esferas que contribuem para o fortalecimento dos ideais do movimento paralímpico brasileiro. Nesta perspectiva, é que os objetivos voltados para a promoção do esporte para os indivíduos com deficiência em idade escolar são contemplados nos Planejamentos Estratégicos do CPB. Estes parecem indicar que as iniciativas neste campo do esporte paralímpico devem configurar uma preocupação não apenas com a busca por futuros atletas paralímpicos, mas, sobretudo, com a concretização de oportunidades de inclusão às crianças e aos jovens com deficiência nas práticas esportivas no país. Pancotto (2017) reforça que a aproximação à efetiva inclusão social destas pessoas passa pelo seu engajamento no esporte. Neste caso, “incluir” não se circunscreve no mero compartilhamento de tempos e espaços, mas, sim, na efetivação do acesso a estes a partir do estabelecimento de uma cultura que considere as particularidades e necessidades das pessoas com deficiência, empregando as adaptações para tal em todo e qualquer contexto social, abarcando o viés do esporte paralímpico escolar (NETO; ABRAHÃO; MOURA, 2017). O conjunto de ações desenvolvidas em torno das Paralimpíadas Escolares suscitou a construção de representações culturais, conferindo, à competição, significados que flutuam nas interfaces da inclusão social e do esporte paralímpico de alto rendimento. No tópico que segue, procuramos discorrer sobre indícios de práticas e representações culturais que figuram as composições históricas das Paralimpíadas Escolares no período investigado.

Composições históricas do evento: instituições e agentes

As Paralimpíadas Escolares, nas interfaces das distintas regiões brasileiras, fazem parte de um processo histórico que é atravessado por

⁵⁸ ALUNO do Centro de Formação fatura dois ouros nas Paralimpíadas Escolares 2018. *Site oficial do CPB*, 21 nov. 2018. Disponível em: <http://cpb.org.br/web/guest/noticias/-/asset_publisher/IU3LNvrdeyoz/content/aluno-do-centro-de-formacao-fatura-dois-ouros-nas-paralimpiadas-escolares-2018?inheritRedirect=false&redirect=http%3A%2F%2Fcpb.org.br%2Fweb%2Fguest%2Fnoticias%3Fp_p_id%3D101_INSTANCE_IU3LNvrdeyoz%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-3%26p_p_col_count%3D1>. Acesso em: 15 mar. 2019.

disposições oriundas das entidades (CPB, Ministério do Esporte, secretarias, fundações, escolas, associações, clubes, dentre outras) e dos agentes envolvidos (dirigentes/coordenadores de órgãos públicos e privados, professores, técnicos, estudantes com deficiência, familiares e outros), por vezes, manifestas em veículos de comunicação. Deste cenário, onde as Paralimpíadas Escolares condizem no pano de fundo, emergiram as práticas e representações culturais que contribuíram para a consolidação da competição no país. Embora aproximações tenham sido estabelecidas entre distintos grupos que compartilharam do comum interesse de desenvolvimento do evento, isto não sucedeu em equilíbrio de relações, havendo tensionamentos neste percurso. Os significados disso muitas vezes são evidenciados nas representações culturais que discorrem ou silenciam sobre determinados órgãos, instituições e agentes nas composições históricas da competição no Brasil.

No quadro dois, apresentamos informações referentes às modalidades disputadas, às unidades federativas e ao número de estudantes participantes das edições de 2009 a 2018 das Paralimpíadas Escolares. No panorama que buscamos apresentar, parece ter havido influências de negociações entre instituições e seus agentes, resultando em ascendências e descontinuidades nas composições históricas do objeto. Em continuação, isto reflete a rede de relações que se estabeleceu nesta trama, visto que a ruptura temporária da atuação de certos órgãos e de seus agentes, estremeceu a estrutura do evento como um todo.

Na edição do ano de 2009, participaram 525 estudantes, provenientes de 19 unidades federativas do Brasil, em oito modalidades paralímpicas, quais sejam: atletismo, natação, bocha, futebol de cinco, futebol de sete, *goalball*, judô e tênis de mesa⁵⁹. Na edição seguinte, em 2010, foram acrescentadas as modalidades do tênis em cadeira de rodas e o voleibol sentado. Com a composição de 10 modalidades paralímpicas, o evento seguiu suas edições até o ano de 2014, quando se percebeu que ocorreu uma descontinuidade. Isto é, nesta edição, sete modalidades foram disputadas na competição, não havendo disputa nas modalidades de futebol de cinco, futebol de sete e voleibol sentado, as quais foram realizadas em edições anteriores. Silva (2017) apontou que a diminuição no oferecimento de modalidades se deu em função do corte orçamentário decorrente da, já referida no tópico anterior, finalização do convênio com o município e o estado de São Paulo. De acordo com os resultados deste estudo, isto trouxe reflexos, também, na redução da faixa etária permitida para a participação no evento. Afora esta explicação, a autora reflete sobre outros possíveis propósitos atrelados à adequação da faixa etária, sugerindo intencionalidades relacionadas à detecção de atletas em faixa etária específica.

Nas edições de 2009 a 2011, a idade máxima para participação era de 21 anos, caindo para 20 anos nas edições de 2012 e 2013 e, para 17 anos na edição de 2014, sendo alterada para 18 anos na edição de 2018. Isto traz indícios de ressonâncias provenientes da interdependência das instituições e

⁵⁹ PARAOLIMPÍADAS escolares. Boletim final. Comitê Paraolímpico Brasileiro, Brasília, p. 1-31, 2009. Disponível em: <<http://www.cpb.org.br/documents/20181/45040/2009-BoletimFINAL.pdf/b9caf2f2-ec26-4c7e-991d-0f029e680be5>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

sujeitos envolvidos nas Paralimpíadas Escolares, visto que, o rompimento em suas ligações causou descontinuidades no percurso da constituição histórica do evento. Na edição do ano de 2014, como consequência da diminuição do número de modalidades ofertadas e da adequação em termos da faixa etária dos estudantes para a inscrição, houve a redução no número de estudantes inscritos. Ao realizar entrevistas com gestores do CPB, Furtado (2017) identificou a possibilidade de que esta tenha sido uma ação intencional para o corte de custos, pois o elevado número de inscritos demandava altos investimentos financeiros por parte da entidade.

No ano de 2015, após quatro edições das Paralimpíadas Escolares sediadas em São Paulo, o evento foi realizado em Natal, no Rio Grande do Norte. Tal mudança possui relação, ainda, com a interrupção do apoio do município e do estado de São Paulo ao evento. Neste ano, embora o oferecimento de modalidades tenha sido novamente ampliado, a composição das delegações permaneceu reduzida em comparação às conquistas alcançadas nas edições de 2012 e 2013, com mais de 1000 estudantes inscritos em cada ano. Tal ocorrência pode ter relação com a redução orçamentária, mas, também, com a alteração na localização da competição que pode ter dificultado e desmotivado a ida de delegações de estados situados em regiões geograficamente distantes do nordeste do país (SILVA, 2017). Ainda que, conforme a autora, o Piauí, localizado na região de realização do evento, tenha sido um dos estados que não teve delegação representante na edição do ano de 2015. De tal modo, acreditamos que a mobilização em torno do processo preparatório para a formação das delegações nos estados tenha passado por um enfraquecimento após as descontinuidades ocorridas na edição do ano anterior, 2014.

O estudo de Silva (2017) registra que após a realização da competição na cidade de Natal, o CPB recebeu convite de seis estados brasileiros para sediar a edição seguinte da competição. Segundo informações do estudo, alterar o estado sede a cada edição do evento promoveria o conhecimento e o intercâmbio cultural entre os participantes. Contudo, os boletins oficiais das Paralimpíadas Escolares permitiram evidenciar que a partir do ano de 2016, em consonância com a retomada do apoio do governo do estado e da prefeitura de São Paulo, o evento retornou a esta cidade. No mesmo ano, em maio de 2016, foi inaugurado o Centro de Treinamento Paraolímpico Brasileiro (CT Paralímpico)⁶⁰, em São Paulo, o qual é mantido pelo CPB, desde outubro de 2017, quando este venceu concorrência pública do Governo do Estado de São Paulo. Um acordo de cooperação foi estabelecido entre o Estado de São Paulo, por meio da sua Secretaria de Estado dos Direitos das Pessoas com Deficiência, e o CPB para o desenvolvimento de

⁶⁰ O Centro de Treinamento Paraolímpico Brasileiro possui instalações esportivas *indoor* e *outdoor* que servem para treinamentos, competições e intercâmbios de atletas e seleções em 15 modalidades paralímpicas: atletismo, basquete, esgrima, rúgbi e tênis em cadeira de rodas, bocha, natação, futebol de 5, futebol de 7, *goalball*, halterofilismo, judô, tênis de mesa, triatlo e vôlei sentado. Sua missão é desenvolver ações que possam posicionar o país entre as maiores potências esportivas do mundo e seu objetivo é desenvolver iniciativas que ajudem a massificar o esporte paralímpico no Brasil e auxiliar na inclusão da pessoa com deficiência na sociedade (CENTRO de Treinamento Paraolímpico Brasileiro. *Site oficial do CPB*. Disponível em: <<http://www.cpb.org.br/web/guest/centro-de-treinamento>>. Acesso em: 08 jan. 2019).

atividades no CT Paralímpico. Esta parceria possui prazo de vigência de 60 meses a partir da data de sua assinatura (20 de outubro de 2017), podendo ser prorrogada pelo mesmo prazo de vigência, mediante justificativa fundamentada da referida secretaria⁶¹. Desde 2016, as Paralimpíadas Escolares são sediadas no CT Paralímpico, sempre no mês de novembro. Pela ocasião das Paralimpíadas Escolares 2016, Andrew Parsons, presidente do CPB no momento, deu as boas-vindas aos participantes, se referindo ao CT Paralímpico como a nova casa do esporte adaptado no Brasil:

Um evento tão importante ficou ainda mais especial este ano, em São Paulo, pois acontece pela primeira vez no Centro de Treinamento Paralímpico Brasileiro. O espaço foi inaugurado seis meses atrás para ser a casa do esporte adaptado no país. [...] A casa, o CT Paralímpico, já é de vocês⁶².

O discurso supramencionado traz representações do CT Paralímpico como um local aberto à promoção do esporte adaptado. Entretanto, as ações desenvolvidas pelo CPB no espaço, apresentam estreitas relações com o esporte paralímpico, isto é, a prática esportiva para as pessoas com deficiência de forma institucionalizada, com o foco no alto rendimento. Ainda que ações como o Centro de Formação Esportiva e Festivais Paralímpicos, por exemplo, tenham sido realizados no ambiente, as características de recrutamento de atletas por meio destas práticas situam as finalidades do CT Paralímpico muito mais na esfera da detecção e preparação de atletas para competições paralímpicas do que, de fato, serve como um contexto de livre acesso às crianças e jovens com deficiência para a prática de esportes adaptados. Até porque, aqueles que desfrutam efetivamente dessa estrutura física, são criteriosamente selecionados, considerando elegibilidade em termos das regras de classificação funcional, o desempenho, entre outros fatores. As Paralimpíadas Escolares são um dos momentos utilizados para este fim.

A realização do evento no penúltimo mês do ano permite que os estados organizem suas delegações ao longo dos períodos letivos escolares. O ano de 2017 foi a primeira ocasião em que todas as unidades federativas do Brasil foram representadas no evento⁶³, totalizando 1.479 participantes⁶⁴. Embora, anteriormente, todos os estados já tivessem participado com suas delegações em pelo menos uma das edições das Paralimpíadas Escolares

⁶¹ PROCESSO SEDPcD Nº 110657/2017. Acordo de Cooperação Nº 02/2017. *Site oficial do CPB*, 20 out. 2017. Disponível em: <http://gestaorecursos.cpb.org.br/documentos/normativos/Acordo_Cooperacao_CPB.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2019.

⁶² PARALIMPÍADAS Escolares 2016. Boletim 01. Comitê Paralímpico Brasileiro, 2016, p. 1. Disponível em: <<http://www.cpb.org.br/documents/20181/45040/Boletim+01-2016.pdf/0cd4b6ec-01a0-45ce-8cd4-155bbbc5fb92>>. Acesso em: 08 jan. 2018.

⁶³ APLICATIVO Paralimpíadas Escolares 2018. Disponível em: <<https://itunes.apple.com/br/app/paralimp%C3%ADadas-escolares-2018/id1440907616?mt=8>>. Acesso em: 27 jan 2019.

⁶⁴ PARALIMPÍADAS Escolares 2017. Boletim 01. Comitê Paralímpico Brasileiro, 20 de outubro de 2017, p. 4. Disponível em: <<http://www.cpb.org.br/documents/20181/81707/BOLETIM+OFICIAL+01+-+16+Outubro+2017.pdf/b5719baa-e634-4c04-b76b-a3ed112c569a>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

(SILVA, 2017). A aderência dos estados brasileiros às Paralimpíadas Escolares parece demonstrar um alto grau de empenho por parte do CPB, visto que se alcançou o objetivo de participação de estudantes com deficiência de todo o país no evento (SILVA, 2017). Todavia, é necessária a ressalva de que, afóra o planejamento e a execução da competição em nível nacional, não há atuação por parte do CPB no âmbito regional de organização do esporte paralímpico escolar e das competições seletivas estaduais, classificatórias para as Paralimpíadas Escolares. Tarefa esta, que fica sob responsabilidade das secretarias de educação e/ou de esporte de cada unidade federativa do país.

As competições seletivas estaduais condizem em etapa obrigatória e devem ser realizadas anualmente para a composição da delegação que, na sequência, representará o estado nas Paralimpíadas Escolares (BATAGLION; GUIMARÃES; MAZO, 2018). De tal modo, neste último evento participam os estudantes com deficiência que se destacam nas distintas modalidades paralímpicas na ocasião da competição estadual (SILVA, 2017). Outrossim, nos estados, instituições e agentes desenvolvem práticas, buscando selecionar aqueles que possuem o melhor desempenho para competir na etapa nacional, aumentando as chances de obterem a conquista de medalhas. Os estados de São Paulo e Rio de Janeiro são aqueles que apresentam o maior número de integrantes em suas delegações ao longo das edições, representando, também, os estados que mais conquistaram as primeiras colocações no quadro geral de resultados da competição (CPB, 2018; SCHERER; GOULART; SERON, 2018). Por sua vez, Roraima, Piauí, Tocantins e Mato Grosso consistem nos estados com as menores delegações nas edições do evento (SILVA, 2017; GOULART, 2017; CPB, 2018).

Entre as edições das Paralimpíadas Escolares dos anos de 2009 e 2018, o estado de São Paulo conquistou a primeira colocação geral por seis vezes, figurando o primeiro lugar no pódio pela quarta vez consecutiva no ano de 2018⁶⁵. Neste período, o estado do Rio de Janeiro alcançou o primeiro lugar em três edições e, Santa Catarina, em uma edição. Ademais, a disputa pelos três primeiros lugares da competição ficou entre estes três estados em quatro destas edições. Em algumas delas, estiveram na disputa, particularmente, pelo terceiro lugar, o Distrito Federal, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. Tais informações apontam para a primazia das regiões centro-oeste, sudeste e, em menor grau, do sul do país, em termos do desenvolvimento do esporte paralímpico escolar, sugerindo elevados investimentos governamentais neste viés do esporte em comparação às regiões norte e nordeste.

Quadro 2: Informações sobre modalidades, unidades federativas e estudantes inscritos nas edições de 2009 a 2018 das Paralimpíadas Escolares. *(Continua)*

Ano	Modalidades	Unidades Federativas Participantes		Estudantes
	Atletismo	1° São Paulo	Amazonas*	
	Natação	2° Rio de Janeiro	Rio Grande do Norte*	
	Tênis de Mesa	3° Mato Grosso do Sul	Rondônia*	

⁶⁵ SÃO PAULO conquista pela sétima vez o título geral das Paralimpíadas Escolares. *Site oficial do CPB*, 23 nov. 2018. Disponível: <http://www.cpb.org.br/noticias/-/asset_publisher/IU3LNvrdeyoz/content/sao-paulo-conquista-pela-setima-vez-o-titulo-geral-das-paralimpiadas-escolares?inheritRedirect=false>. Acesso em: 25 nov. 2018.

2009	Bocha	Distrito Federal*	Paraná*	525
	Judô	Minas Gerais*	Pernambuco*	
	Futebol de Cinco	Santa Catarina*	Maranhão*	
	Goalball	Paraíba*	Bahia*	
	Futebol de Sete	Acre*	Espírito Santo*	
		Sergipe*	Mato Grosso*	
		Alagoas*	Paraíba*	
2010	Atletismo	1° Rio de Janeiro	13° Sergipe	826
	Natação	2° São Paulo	14° Espírito Santo	
	Tênis de Mesa	3° Distrito Federal	15° Rio Grande do Norte	
	Bocha	4° Minas Gerais	16° Acre	
	Judô	5° Santa Catarina	17° Alagoas	
	Futebol de Cinco	6° Mato Grosso do Sul	18° Amazonas	
	Goalball	7° Pará	19° Maranhão	
	Futebol de Sete	8° Paraíba	20° Mato Grosso	
	Tênis em Cadeira de Rodas	9° Goiás	21° Pernambuco	
		10° Paraná	22° Rio Grande do Sul	
	Voleibol Sentado	11° Bahia		
	12° Rondônia			
2011	Atletismo	1° São Paulo	13° Rondônia	962
	Natação	2° Rio de Janeiro	14° Bahia	
	Tênis de Mesa	3° Minas Gerais	15° Espírito Santo	
	Bocha	4° Santa Catarina	16° Alagoas	
	Judô	5° Mato Grosso do Sul	17° Rio Grande do Sul	
	Futebol de Cinco	6° Pará	18° Pernambuco	
	Goalball	7° Goiás	19° Sergipe	
	Futebol de Sete	8° Distrito Federal	20° Acre	
	Tênis em Cadeira de Rodas	9° Maranhão	21° Amazonas	
		10° Paraíba	22° Ceará	
	Voleibol Sentado	11° Paraná	23° Mato Grosso	
	12° Rio Grande do Norte	24° Piauí		
2012	Atletismo	1° Rio de Janeiro	14° Acre	1221
	Natação	2° São Paulo	15° Rondônia	
	Tênis de Mesa	3° Santa Catarina	16° Alagoas	
	Bocha	4° Minas Gerais	17° Ceará	
	Judô	5° Mato Grosso do Sul	18° Rio Grande do Sul	
	Futebol de Cinco	6° Pará	19° Amapá	
	Goalball	7° Distrito Federal	Pernambuco	
	Futebol de Sete	8° Paraná	21° Piauí	

Quadro 2: Informações sobre modalidades, unidades federativas e estudantes inscritos nas edições de 2009 a 2018 das Paralimpíadas Escolares. (Continuação)

Ano	Modalidades	Unidades Federativas Participantes	Estudantes	
2012	Tênis em Cadeira de Rodas	9° Goiás 10° Espírito Santo 11° Maranhão 12° Paraíba 13° Rio Grande do Norte	22° Amazonas 23° Bahia 24° Sergipe 25° Mato Grosso	1221
	Voleibol sentado			
2013	Atletismo	1° Rio de Janeiro	15° Acre	1264
	Natação	2° São Paulo	16° Bahia	
	Tênis de Mesa	3° Santa Catarina	17° Maranhão	
	Bocha	4° Pará	18° Rio Grande do Norte	
	Judô	5° Minas Gerais	19° Mato Grosso	
	Futebol de Cinco	6° Mato Grosso do Sul	20° Amapá	
	Goalball	7° Distrito Federal		

	Futebol de Sete	8° Paraná	21° Sergipe	
	Tênis em Cadeira de Rodas	9° Espírito Santo 10° Paraíba	22° Amazonas 23° Rondônia	
	Voleibol Sentado	11° Rio Grande do Sul 12° Pernambuco 13° Ceará 14° Goiás	24° Alagoas 25° Tocantins 26° Roraima Reino Unido*	
2014	Atletismo	1° Santa Catarina	14° Amazonas	596
	Natação	2° Rio de Janeiro	15° Alagoas	
	Tênis de Mesa	3° São Paulo	16° Ceará	
	Bocha	4° Minas Gerais	17° Acre	
	Judô	5° Distrito Federal	18° Bahia	
	Goalball	6° Paraíba	19° Mato Grosso	
	Tênis em Cadeira de Rodas	7° Mato Grosso do Sul 8° Rio Grande do Norte 9° Paraná 10° Rio Grande do Sul 11° Pará 12° Espírito Santo 13° Goiás	20° Sergipe 21° Amapá 22° Tocantins 23° Pernambuco 24° Maranhão 25° Rondônia Reino Unido*	
2015	Atletismo	1° São Paulo	13° Goiás	708
	Natação	2° Rio de Janeiro	14° Ceará	
	Tênis de Mesa	3° Minas Gerais	15° Mato Grosso	
	Bocha	4° Pará	16° Espírito Santo	
	Judô	5° Santa Catarina	17° Pernambuco	
	Goalball	6° Mato Grosso do Sul	18° Rondônia	
	Futebol de Sete	7° Distrito Federal	19° Bahia	
	Tênis em Cadeira de Rodas	8° Paraíba	20° Amazonas	
	Voleibol Sentado**	9° Rio Grande do Sul 10° Rio Grande do Norte	21° Tocantins 22° Amapá	
	Futebol de Cinco**	11° Paraná 12° Maranhão	23° Sergipe 24° Acre 25° Alagoas Reino Unido*	
2016	Atletismo	1° São Paulo	13° Rondônia	903
	Natação	2° Santa Catarina	14° Paraná	
	Tênis de Mesa	3° Rio de Janeiro	15° Pernambuco	
	Bocha	4° Paraíba	16° Goiás	
	Judô	5° Mato Grosso do Sul	17° Sergipe	
	Futebol de Cinco	6° Minas Gerais	18° Ceará	
	Goalball	7° Pará	19° Bahia	
	Futebol de Sete	8° Rio Grande do Norte	20° Maranhão	

Quadro 2: Informações sobre modalidades, unidades federativas e estudantes inscritos nas edições de 2009 a 2018 das Paralimpíadas Escolares. (Continuação)

Ano	Modalidades	Unidades Federativas Participantes	Estudantes	
2016	Tênis em Cadeira de Rodas	9° Distrito Federal 10° Rio Grande do Sul 11° Mato Grosso 12° Espírito Santo	21° Tocantins 22° Amazonas 23° Acre 24° Alagoas	903
	Atletismo	1° São Paulo	14° Goiás	
	Natação	2° Santa Catarina	15° Maranhão	
	Tênis de Mesa	3° Distrito Federal	16° Espírito Santo	
	Bocha	4° Mato Grosso do Sul	17° Mato Grosso	
	Judô	5° Paraíba	18° Pernambuco	
	Futebol de Cinco	6° Minas Gerais	19° Amazonas	
	Goalball	7° Pará	20° Acre	

2017	Futebol de Sete	8° Rio de Janeiro	21° Amapá	944
	Tênis em Cadeira de Rodas	9° Rio Grande do Sul 10° Rondônia	22° Tocantins 23° Alagoas	
	Basquete em Cadeira de Rodas 3x3	11° Sergipe 12° Rio Grande do Norte 13° Paraná	24° Ceará 25° Bahia 26° Rondônia 27° Piauí	
2018	Atletismo	1° São Paulo	13° Maranhão	989
	Natação	2° Santa Catarina	14° Espírito Santo	
	Tênis de Mesa	3° Distrito Federal	15° Ceará	
	Bocha	4° Paraíba	16° Rondônia	
	Judô	5° Minas Gerais	17° Pernambuco	
	Futebol de cinco	6° Rio Grande do Sul	18° Alagoas	
	Goalball	7° Pará	19° Amazonas	
	Futebol de Sete	8° Mato Grosso do Sul	20° Bahia	
	Tênis em Cadeira de Rodas	9° Paraná	21° Tocantins	
	Basquete em Cadeira de Rodas 3x3	10° Goiás 11° Rio Grande do Norte	22° Amapá 23° Acre	
	Voleibol Sentado	12° Sergipe	24° Mato Grosso	

Fonte: Informações obtidas nos boletins das edições de 2009 a 2017 das Paralimpíadas Escolares e no Aplicativo Paralimpíadas Escolares 2018.

Legenda: 1°= A ordem de descrição das unidades federativas consiste na sua posição de classificação geral final em cada edição das Paralimpíadas Escolares.

*= Na edição do ano de 2009, não foi localizada a classificação final de todos os estados. Por isto, a sequência dos estados seguidos por *, não representa a sua classificação final na competição, mas, sim, a participação. Igualmente, * indica apenas a participação do Reino Unido, pois este não entrou no quadro de classificação geral final.

**= As modalidades do voleibol sentado e do futebol de cinco foram ofertadas no regulamento das Paralimpíadas Escolares 2015, porém, não obtiveram o número mínimo de cinco equipes inscritas para a disputa (SILVA, 2017).

Conforme é possível verificar no quadro dois, o basquete em cadeira de rodas 3x3⁶⁶ adentrou no grupo das modalidades disputadas no ano de 2017. Em 2018, pela primeira vez, o evento contou com a disputa em 11 modalidades paralímpicas. Nas edições anteriores, o número máximo de 10 modalidades foi disputado. Desde os primórdios das Paralimpíadas Escolares, as modalidades individuais tiveram maior número de inscritos em relação às modalidades coletivas, especialmente o atletismo e a natação, presentes em todas as edições. Marques et al (2014), traz relatos de que estas duas modalidades detêm maior visibilidade no universo do esporte paralímpico brasileiro e que são o seu “carro-chefe”. Por este motivo, segundo o estudo, as mídias tradicionais, como televisão e jornais impressos, preferem dar espaço a elas. Todavia, destacam a pouca atenção que o esporte paralímpico, em todas as suas dimensões, ainda recebe das mídias em comparação ao esporte olímpico. Isto se estende ao campo

⁶⁶ O basquete em cadeira de rodas 3x3 consiste em uma adaptação realizada em termos do número de integrantes por equipe, buscando possibilitar a participação das delegações dos estados brasileiros nesta modalidade paralímpica. Desta forma, as partidas ocorrem com três representantes de cada equipe, jogando em quadra reduzida (meia quadra de basquete). Cada equipe pode contar com até três jogadores reservas. Isto reflete uma possível dificuldade na composição de equipes para a participação dos estados nesta modalidade, assim como acontece em outras modalidades coletivas do evento.

acadêmico-científico, onde, particularmente no âmbito dos estudos históricos e socioculturais do movimento humano, o esporte paralímpico ainda apresenta amplas possibilidades para investigações.

Fortes (2017), em seu estudo sobre as pesquisas do esporte no campo da comunicação e do jornalismo, ao sugerir a ampliação em termos dos objetos de estudo, também destacou o esporte paralímpico como uma área de investigação a ser explorada, citando a modalidade do futebol (de cinco e/ou de sete) como exemplo. A premência de diversificação nas temáticas e abordagens nas pesquisas em torno da educação física e do esporte também é ressaltada por Melo (2016), o qual sugere, ainda, que as lacunas sejam aproveitadas para a adoção de metodologias alternativas e transformadoras. Neste sentido, acreditamos que as mídias digitais, incluindo as mídias sociais, se apresentam promissoras para o desenvolvimento de estudos sobre o esporte paralímpico.

Sobre os dados apresentados no quadro dois, ainda cabe referir que, embora as Paralimpíadas Escolares sejam uma competição esportiva de nível nacional, entre os anos 2013 e 2015 sucedeu a participação de delegação do Reino Unido (*United Kingdom*). O motivo disto foi uma parceria estabelecida entre o Ministério do Esporte e o governo do Reino Unido, a qual visava, inicialmente, “adquirir experiências por meio de troca de visitas nos jogos escolares, já que eles haviam sediado os jogos de Londres” (SILVA, 2017, p. 79), ou seja, a 14^a edição dos Jogos Paralímpicos. Entretanto, conforme menciona a autora, os participantes do Reino Unido continuaram participando do evento por terem se identificado com a sua conformação.

O referido intercâmbio sociocultural no âmbito do esporte paralímpico escolar teve início com a participação de delegação brasileira, composta por oito estudantes, nos Jogos Escolares do Reino Unido, realizados na cidade de *Sheffield*, na Inglaterra, no mês de setembro de 2013⁶⁷. De acordo com a fonte consultada⁶⁸, na ocasião, os representantes do Brasil conquistaram duas medalhas de ouro, duas de prata e duas de bronze. Não fica explícito se os integrantes da delegação brasileira, ou algum deles, eram estudantes com deficiência. Na sequência do ocorrido, o Ministério do Esporte convidou o Reino Unido para, com sua delegação, participar das Paralimpíadas Escolares, que aconteceriam no mês de novembro de 2013. De tal modo, a delegação britânica, trouxe representantes para competir nas modalidades da bocha, do futebol de 7, do *goalball* e da natação nesta edição do evento, dando continuidade a sua participação nas edições das Paralimpíadas Escolares de 2014 e 2015.

Assim como o CPB, os comitês paralímpicos nacionais de outros países desenvolvem ações no âmbito do esporte paralímpico escolar, tendo em vista

⁶⁷ PELA primeira vez, Paraolimpíadas Escolares contarão com delegação do Reino Unido, *Ministério da Cidadania, Secretaria Especial do Esporte*, 20 nov. 2013. Disponível em: <<http://esporte.gov.br/index.php/ultimas-noticias/209-ultimas-noticias/45684-pela-primeira-vez-paraolimpiadas-escolares-contrarao-com-a-participacao-de-delegacao-do-reino-unido>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

⁶⁸ PELA primeira vez, Paraolimpíadas Escolares contarão com delegação do Reino Unido, *Ministério da Cidadania, Secretaria Especial do Esporte*, 20 nov. 2013. Disponível em: <<http://esporte.gov.br/index.php/ultimas-noticias/209-ultimas-noticias/45684-pela-primeira-vez-paraolimpiadas-escolares-contrarao-com-a-participacao-de-delegacao-do-reino-unido>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

que o Comitê Paralímpico Internacional incentiva o desenvolvimento de ações que contribuam para a ascensão e consolidação do movimento paralímpico no mundo (*INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE*, 2018). Uma das ações promovidas no cenário internacional se trata do “*Paralympic School Day*” ou “Dia Paralímpico Escolar”, o qual busca promover a conscientização sobre as potencialidades e particularidades das pessoas com deficiência nos contextos escolares de todo o mundo (BORGSMANN; ALMEIDA, 2015). De acordo com os autores, esta ação sucedeu, inicialmente, em países da Europa como Alemanha, Bélgica, Grécia, Letônia, República Tcheca e Suécia, sendo estruturada na perspectiva de promoção do respeito e aceitação das diferenças individuais, por meio de um evento esportivo realizado dentro da escola. Posteriormente, tal ação foi difundida em outros países.

De acordo com Borgmann e Almeida (2015), existem outras ações no cenário internacional, envolvendo o esporte paralímpico escolar, que visam o desenvolvimento de atitudes positivas de estudantes sem deficiência e de professores em relação aos estudantes com deficiência. Estas se apresentam, geralmente, por meio de programas de educação paralímpica introduzidos nas escolas a partir de materiais didáticos a serem utilizados nas aulas de Educação Física e de outras disciplinas. Sobre o contexto internacional, não foram encontradas, até o momento, informações em termos de competições paralímpicas escolares, particularmente, que sejam registradas no *site* do IPC. Cardoso (2016) menciona que, nos Estados Unidos da América, existe a competição do *Gateway to Gold*, programa de detecção de talentos paralímpicos. Todavia, ressalta que o evento é aberto para pessoas com deficiência de qualquer faixa etária. Nesta conjuntura, no Brasil, as Paralimpíadas Escolares são referidas como a mais ampla competição esportiva para crianças e jovens estudantes com deficiência do mundo⁶⁹ (ANDRADE et al., 2014; CARDOSO, 2017; HIPÓLITO; WINCKLER, 2018).

Para além de compreender a representatividade da competição em termos de sua dimensão quantitativa, compreendemos a relevância de que os significados que circunscrevem o evento sejam interpretados, considerando os cenários histórico-culturais das regiões brasileiras. Isto, porque, a ausência de vestígios sobre estes cenários inviabiliza o planejamento e a implantação de iniciativas eficazes em longo prazo, dando espaço às ações imediatistas (ANDRADE et al., 2014), que visam apenas a composição de delegações para a participação dos estados brasileiros no evento.

As ações no âmbito estadual e municipal acerca do esporte paralímpico escolar integram a constituição da participação de cada estado brasileiro nas Paralimpíadas Escolares. Nesta esfera, há desde contextos que apresentam práticas esportivas para estudantes com deficiência, as quais antecedem e prosseguem a mera participação no evento nacional, isto é, com objetivos em longo prazo; até situações, nas quais iniciativas são realizadas de modo emergencial e/ou passageiro, possibilitando apenas a formação de delegações para o evento, sem, no entanto, promover e oferecer as condições

⁶⁹ APLICATIVO Paralimpíadas Escolares 2018. Disponível em: <<https://itunes.apple.com/br/app/paralimp%C3%ADadas-escolares-2018/id1440907616?mt=8>>. Acesso em: 27 jan 2019.

necessárias para a inclusão permanente destes estudantes na prática de modalidades paralímpicas (ANDRADE et al., 2014; REIS; SOUSA, 2015; NETO; ABRAHÃO; MOURA, 2017; MACHADO et al., 2017).

O estudo de Cardoso (2017), traz o exemplo do estado de Roraima que, até a edição de 2016, teve uma única participação nas Paralimpíadas Escolares, em 2013. O autor atribuiu isto a ausência de oportunidades para o desenvolvimento do esporte paralímpico escolar e de alto rendimento no referido estado e sugeriu a implementação de ações no campo a partir de políticas públicas estaduais. Cabe mencionar que os participantes das Paralimpíadas Escolares são oriundos, em sua maioria, de instituições de ensino regular públicas, seguidos por representantes de escolas privadas e, em menor percentual, de instituições de ensino especiais (REIS; SILVA; MEZZADRI, 2017), sobrelevando a relevância do desenvolvimento de políticas públicas nesta área.

Em estudo publicado por Neto, Abrahão e Moura (2017) acerca dos “megaeventos esportivos na agenda das políticas para a educação física escolar no estado do Rio de Janeiro”, os autores relataram que, até o ano de publicação do artigo, não havia o desenvolvimento de competição seletiva para as Paralimpíadas Escolares no estado foco do estudo. De tal modo, os estudantes com deficiência, para classificação às Paralimpíadas Escolares, participaram de competições no evento “Olimpíadas Escolares”. Visto que este evento é estruturado para estudantes sem deficiência, foi estabelecida uma categoria, intitulada B, para a participação dos estudantes com deficiência nas modalidades de atletismo e natação. Neste sentido, os autores buscaram refletir e dialogar acerca desta “ausência” da competição seletiva no estado, específica para atender as necessidades e prover as potencialidades dos estudantes com deficiência. Além disso, são questionados os discursos de determinado órgão público deste estado, ao veicular o êxito de seus representantes, pois ao mesmo tempo em que o Rio de Janeiro está localizado entre os estados que apresentam as maiores delegações no evento, tendo obtido o primeiro lugar na classificação geral final nos anos de 2010, 2012 e 2013, além do II Campeonato Paraolímpico Escolar Brasileiro em 2007, seus processos pré e pós competição prefiguram negligências no cenário do esporte paralímpico escolar. Tal conjuntura parece ter causado reflexos na última edição das Paralimpíadas Escolares, em 2018, na qual o Rio de Janeiro não contou com delegação representante.

Por outro lado, localizamos como exemplo o estudo de Reis e Sousa (2015), apresentando o intitulado “Projeto de Esportes Marabá Paralímpico”, desenvolvido no estado do Pará, desde o ano de 2008. Tal projeto visa a inclusão social dos estudantes com deficiência por intermédio do engajamento em modalidades paralímpicas, buscando, paralelamente, a descoberta de futuros atletas. No Pará, os referidos autores mencionam os “Jogos Estudantis Paralímpicos Paraense”, que representam a competição seletiva para a participação do estado nas Paralimpíadas Escolares, em que os integrantes do projeto participam desde 2010. Além disso, tais estudantes disputam outras competições em nível nacional e regional ao longo dos anos. Em razão de bom resultado obtido nas Paralimpíadas Escolares, um dos estudantes do projeto Marabá Paralímpico foi contemplado com bolsa atleta estudantil, no ano de 2012 (REIS; SOUSA, 2015).

De modo semelhante ao estudo supracitado, Machado et al (2017) descreve o “Programa Paradesporto Escolar”, implementado em 2011, na cidade de Blumenau, Santa Catarina, o qual oferece a prática de modalidades paralímpicas aos estudantes com deficiência no estado, culminando na participação destes nos Jogos Escolares Paradesportivos de Santa Catarina (PARAJESC), competição estadual que forma a delegação às Paralimpíadas Escolares. Este estudo também relata a obtenção de duas bolsas atletas estudantis a partir das conquistas nesta competição, no ano de 2015.

No estado do Rio Grande do Sul, o estudo de Bataglion, Guimarães e Mazo (2018) evidenciou distintas práticas no âmbito do esporte paralímpico escolar, as quais se apresentam inter-relacionadas, a saber: clínica de esportes paralímpicos, festival paralímpico e o Campeonato Paradesportivo Estudantil do Rio Grande do Sul (PARACERGS), o qual condiz na etapa seletiva do estado para a participação nas Paralimpíadas Escolares. O desenvolvimento de tais ações teve início no ano 2011, um ano após a primeira participação do estado nas Paralimpíadas Escolares. Além de contribuir para a inclusão social dos estudantes com deficiência, estas práticas parecem influenciar positivamente a participação do estado nas Paralimpíadas Escolares, visto que sua representatividade melhorou a cada edição do evento. Inicialmente, houve muitas dificuldades na participação do Rio Grande do Sul no evento, as quais motivaram o planejamento e a efetivação das ações supracitadas, visando a transformação do cenário do esporte paralímpico escolar no estado.

Os estudos supramencionados procuram demonstrar que tais iniciativas, em âmbito municipal e estadual, se fazem fundamentais para que o esporte paralímpico escolar atinja objetivos em longo prazo, se aproximando, assim, de uma efetiva inclusão social dos estudantes com deficiência, a qual passa por processos históricos permeados pela construção de práticas e representações culturais em torno do fenômeno. Dados os referidos exemplos, vale ressaltar, ainda, as acentuadas intenções acerca da descoberta de talentos paralímpicos por intermédio das Paralimpíadas Escolares⁷⁰ (ANDRADE et al., 2014). De acordo com Gorla e Calegari (2017) este aspecto se faz pertinente para que haja um processo estruturado de renovação de atletas, permitindo a representação do país em futuros Jogos Paralímpicos, visto que os atuais medalhistas, em algum momento, entrarão em período de pós-carreira, cedendo seus lugares para novos integrantes nas delegações paralímpicas brasileiras.

Nesta perspectiva, conforme apresentamos no primeiro capítulo de resultados deste estudo, a partir do Termo de Cooperação Técnica N° 003/2006 estabelecido entre o Ministério do Esporte e o CPB, ao final de cada edição das Paralimpíadas Escolares, os estudantes que se destacam nas distintas modalidades disputadas, são selecionados para concorrer à bolsa atleta estudantil, concedidas por meio do programa bolsa atleta, do governo federal, que apoia financeiramente atletas, com e sem deficiência, no

⁷⁰ APLICATIVO Paralimpíadas Escolares 2018. Disponível em: <<https://itunes.apple.com/br/app/paralimp%C3%ADadas-escolares-2018/id1440907616?mt=8>>. Acesso em: 27 jan 2019.

âmbito do esporte de alto rendimento. Para tanto, sucede a seguinte seleção durante cada edição do evento:

Os estudantes que conseguirem se colocar entre os três melhores de sua prova/modalidade, ou de acordo com o esporte, se for coletivo, forem indicados como os melhores do time, são relacionados pelo CPB em listagem específica dando-lhes o direito de pleitear, ou seja, se inscrever para concorrer a uma bolsa da categoria estudantil do programa Bolsa Atleta, do governo federal, via Ministério do Esporte (SILVA, 2017, p. 21).

Note-se, então, que desde seus primórdios, as Paralimpíadas Escolares representam a competição esportiva que, anualmente, assinala os estudantes com deficiência que podem pleitear a bolsa atleta na categoria estudantil (SILVA, 2017). Além disso, desde o ano de 2017, a partir do desempenho individual na competição, são selecionados estudantes para integrarem projetos do CPB, voltados ao esporte paralímpico escolar, como o Camping Escolar Paralímpico. Além disso, após as Paralimpíadas Escolares 2018, estudantes foram convocados a integrarem eventos, como a 1ª Fase de Treinamento - Seleção Sub-18 de Natação, na condição de atletas, no CT Paralímpico⁷¹. Desta maneira, as Paralimpíadas Escolares configuram o ponto de partida na busca por futuros atletas paralímpicos. Com as ações subsequentes ao evento, a participação dos estudantes ganha outros contornos, podendo estes se aproximar da carreira paralímpica no alto rendimento ou não.

Alan Fonteles (atletismo), Lorena Spoladore (atletismo), Leomon Moreno (*goalball*), Petrúcio Ferreira (atletismo), Verônica Hipólito (atletismo), Matheus Rheine (natação), Talisson Glock (natação) e Bruna Alexandre (tênis de mesa) são alguns dos nomes que obtiveram destaque nas Paralimpíadas Escolares e, posteriormente, conseguiram dar prosseguimento em suas carreiras como atletas paralímpicos(as), alcançando pódios em Jogos Paralímpicos e outras competições paralímpicas mundiais^{72,73}. Estas informações circulam nas mídias digitais como exemplos a serem seguidos pelas crianças e jovens com deficiência em idade escolar, deixando-as ansiosas por estar entre aqueles que participaram das Paralimpíadas Escolares e chegaram ao alto rendimento (RESENDE, 2017). Ao investigar, por meio de entrevistas, as expectativas de participantes desta competição em relação ao “futuro”, a autora obteve 33% de respostas referentes ao sonho de integrar delegação brasileira em Jogos Paralímpicos e 48% direcionadas ao reconhecimento, à fama e aos prêmios provenientes das conquistas em competições esportivas. Outros 11%, mencionaram o desejo por conhecer pessoas e lugares, superar limites, ter uma vida saudável e, 8% não responderam. Desta maneira, tem-se que notícias veiculadas acerca dos

⁷¹ OFÍCIO-CIRCULAR/CPB Nº 1/2019, REF.: Fase de treinamento – Seleção sub-18 de natação, Comitê Paraolímpico Brasileiro, São Paulo, 08 de janeiro de 2019.

⁷² APLICATIVO Paralimpíadas Escolares 2018. Disponível em: <<https://itunes.apple.com/br/app/paralimp%C3%ADadas-escolares-2018/id1440907616?mt=8>>. Acesso em: 27 jan 2019.

⁷³ SÃO PAULO conquista pela sétima vez o título geral das Paralimpíadas Escolares. *Site oficial do CPB*, 23 nov. 2018. Disponível: <http://www.cpb.org.br/noticias/-/asset_publisher/IU3LNvrdeyoz/content/sao-paulo-conquista-pela-setima-vez-o-titulo-geral-das-paralimpiadas-escolares?inheritRedirect=false>. Acesso em: 25 nov. 2018.

exemplos de sucesso, levam os estudantes a construir representações atreladas à busca de aquisições para além da mera experiência nas Paralimpíadas Escolares. Cabe referir que esta é a realidade atingida por uma pequena parcela dos participantes do evento. De acordo com Hipólito e Winckler (2018), dos 2590 estudantes que competiram nas provas da modalidade do atletismo ao longo das edições da competição, apenas 1% participou, posteriormente, de alguma competição internacional até o período o estudo.

Ponderamos as informações no sentido de que a participação nas Paralimpíadas Escolares é válida e pode suscitar ressonâncias positivas às crianças e jovens com deficiência, mesmo que o esporte paralímpico não seja alcançado como profissão posteriormente. Neste sentido, Resende (2017) menciona que a principal motivação para os estudantes participarem deste evento nacional está no prazer em praticar as modalidades e em estar na competição, manifestando as suas potencialidades. Ademais, professores, treinadores e familiares foram referidos como agentes essenciais, pois estimulam, viabilizam e dão sentido às suas práticas, incluindo os processos pré, durante e pós competição. Isto também foi apontado por Haiachi (2017), denotando que tais agentes são fundamentais na trajetória esportiva das pessoas com deficiência, desde a escolha da modalidade, que deve ser feita, preferencialmente, em idade escolar.

O estudo de Demoro et al (2014) retratou os benefícios do esporte na trajetória de vida de um atleta paralímpico brasileiro. Todavia, seus resultados demonstraram que, afora o alto rendimento, vislumbra-se a implantação de políticas eficazes no âmbito do esporte paralímpico em outros contextos, sendo as escolas, espaços que ainda carecem de um olhar governamental mais atento neste sentido. Sobre este aspecto, Santos et al (2018) apontam que a participação de estudantes com deficiência na prática de modalidades paralímpicas acontece, principalmente, em associações, clubes e projetos sociais em detrimento do ambiente escolar, sugerindo carências em termos de capacitação profissional e de ações que estimulem a adoção destas práticas nas aulas de educação física e em projetos extraclasse nas escolas brasileiras.

As oportunidades de iniciação esportiva na escola podem influenciar no engajamento e na relação que os indivíduos estabelecerão com o esporte ao longo de toda a vida, além de atuar na aquisição e no desenvolvimento das habilidades motoras e psicossociais necessárias para cada modalidade (BERTOLDI et al., 2018). As Paralimpíadas Escolares representa uma das portas de entrada dos estudantes com deficiência no esporte paralímpico de alto rendimento (HIPÓLITO; WINCKLER, 2018). Porém, a iniciação às modalidades paralímpicas deve anteceder a competição, sendo a escola, o contexto mais favorável para tal, uma vez que a Lei Brasileira de Inclusão (Lei federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015), garante que todas as crianças e jovens com deficiência estejam matriculados na rede regular de ensino. Igualmente, esta lei assegura que a escola oportunize a participação destes estudantes em práticas esportivas em igualdade de condições com os seus pares sem deficiência.

Os resultados positivos do Brasil nas últimas edições dos Jogos Paralímpicos (2004, 2008, 2012 e 2016) e dos Jogos Para-Panamericanos (2007, 2011 e 2015) posicionou o Brasil no grupo das potências mundiais do

esporte paralímpico, fortalecendo esse movimento no país (HAIACHI et al., 2016). A conquista de medalhas e pódios nos referidos eventos pode, de fato, repercutir na implantação de ações, de caráter público e privado, voltadas ao esporte paralímpico, trazendo contribuições, também, à esfera escolar (NETO; ABRAHÃO; MOURA, 2017). Neste sentido, o que se almeja é que tais resultados reverberem no planejamento e no cumprimento de ações nos mais diversos contextos brasileiros, considerando-se as peculiaridades socioculturais e político-econômicas de estados e municípios. Nestes cenários, estão os estudantes com deficiência que podem vir a se tornar atletas paralímpicos, mediante as oportunidades e experiências vivenciadas, mas, para além disto, devem ser atendidos os seus direitos de inclusão no esporte.

Considerações finais

Este estudo busca investigar como ocorreram as composições históricas das Paralimpíadas Escolares no Brasil, no período de 2006 a 2018. Diante das possibilidades existentes para a elaboração de uma versão histórica acerca do fenômeno, optamos por utilizar as mídias digitais. Por se tratar de um estudo situado no tempo presente, a escolha de veículos de comunicação como fonte, foi imperativa. Não obstante, procuramos fazer o exercício de contextualização, trazendo elementos socioculturais e político-econômicos, no processo de análise das informações.

Os estudos no campo dos esportes paralímpicos, por muito tempo, utilizaram, prioritariamente, os veículos jornalísticos como fonte. Com a massificação das mídias digitais, instituições e agentes desta área passaram a usufruir destes meios para a comunicação e a expansão do esporte para as pessoas com deficiência no Brasil, dentre outros possíveis interesses. No caso particular das Paralimpíadas Escolares, informações foram veiculadas em *sites* de internet desde os arranjos iniciais das suas composições históricas. Com o propósito de disseminação, sua comunicação acompanhou a emergência das redes sociais, congregando nestes espaços instituições e indivíduos que integram o movimento paralímpico brasileiro.

Vale mencionar que a circulação de informações sobre o evento Paralimpíadas Escolares, atualmente, aparece majoritariamente nas mídias alternativas em comparação aos meios de comunicação como emissoras de radiodifusão, jornais e *sites* de internet. Neste cenário, enquanto instituições ligadas ao evento usufruem das mídias sociais para a sua difusão, os seus interlocutores dialogam, construindo representações em torno do evento. Por vezes, o conjunto de práticas interligadas à competição recebem suas ponderações, sinalizando distinções entre o todo e a(s) parte(s).

As fontes analisadas apontam o Projeto Paraolímpicos do Futuro como a primeira ação, engendrada pelo CPB, visando a constituição da competição paralímpica escolar, hoje denominada Paralimpíadas Escolares. Tendo suas primeiras iniciativas focadas na capacitação de professores de educação física para o trabalho juntos aos estudantes com deficiência nas distintas regiões brasileiras, o referido projeto culminou no I Campeonato Paraolímpico Escolar Brasileiro de Atletismo e Natação, no ano de 2006, e no II Campeonato Paraolímpico Escolar Brasileiro, em 2007. Tais campeonatos apresentaram a estrutura organizacional e os objetivos que, após a

interrupção do processo no ano de 2008, voltariam em cena na ocasião da realização das “Paraolimpíadas Escolares 2009”.

Idealizada pelo CPB, esta competição contou com a parceria de outros órgãos e instituições desde sua primeira edição. O governo federal, por meio do Ministério do Esporte, esteve presente em todas as edições, viabilizando, aos estudantes que se destacam na competição, o pleito à bolsa atleta estudantil. Ao longo das edições do evento, outras instituições e agentes integraram o evento, atuando em ascendências e interrupções que o permearam. Além da relação com o governo federal, o município e o estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida e da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, respectivamente, ampliaram, a partir do ano de 2010, a rede de instituições ligadas acerca das composições históricas da competição esportiva. Nesta conjuntura, incrementando a sua estrutura organizacional, o evento ampliava sua abrangência e representatividade a cada edição. Nos anos de 2014 e 2015, no entanto, evidenciamos descontinuidade proveniente do encerramento de convênio entre o CPB e os órgãos do município e estado de São Paulo. Isto aponta para a rede de relações instalada entre as instituições no processo de conformação das Paralimpíadas Escolares.

A partir do ano de 2016, o convênio entre CPB e o município e estado de São Paulo são reestabelecidos. Além disso, novos elementos parecem emergir com a inauguração do Centro de Treinamento Paraolímpico Brasileiro, onde o evento passou a ser sediado desde então. No ano seguinte, em 2017, o CPB conquista edital e assume o comando do CT Paralímpico. No mesmo ano, as Paralimpíadas Escolares conquistavam a abrangência de todas as unidades federativas do Brasil, participando com suas delegações na mesma edição do evento.

Com o encerramento do Projeto Paraolímpicos do Futuro, as Paralimpíadas Escolares passaram a ser apresentadas como projeto, no âmbito do desenvolvimento do esporte paralímpico escolar, nos Planejamentos Estratégicos do CPB (2010-2016; 2018-2024). Interligada a outros projetos deste viés, os documentos parecem preservar a proposta e buscar a continuidade no processo de consolidação das Paralimpíadas Escolares, estruturando outras ações voltadas à capacitação profissional e à inserção de crianças e jovens na prática de modalidades paralímpicas. Desde seus arranjos iniciais de composição, as Paralimpíadas Escolares apresentam objetivos relacionados à detecção de atletas paralímpicos e à inclusão social. O evento parece se constituir em um relevante caminho para o encontro de atletas que possam compor as delegações brasileiras nas modalidades paralímpicas. De tal modo, nossas fontes apontam exemplos da concretização disto, conforme os nomes dos(as) atletas paralímpicos(as) que apresentamos neste estudo, citados como “revelados” pelas Paralimpíadas Escolares em mídias digitais do CPB. Isto suscita a construção de representações culturais em torno da competição, conferindo a ela estreitas relações com o esporte paralímpico de alto rendimento no país e constituindo significados que movem pessoas a adentrarem e permanecerem em suas tramas.

Por sua vez, os objetivos no âmbito da inclusão social, embora frequentemente presentes nas fontes utilizadas, parecem não apresentar

resultados de forma tão explícita em termos de sua concretização. Talvez, um ponto que careça de atenção, se trate dos processos que antecedem e que prosseguem a participação dos estudantes com deficiência nas Paralimpíadas Escolares. Isto porque, cada unidade federativa, por meio de suas secretarias de educação e/ou esporte, é responsável pela inclusão destes estudantes na prática das modalidades paralímpicas, de modo a construir uma cultura do esporte paralímpico escolar em seus estados e, em longo prazo, alcançar indícios concretos da inclusão social. Todavia, em geral, os estados parecem conduzir estes processos a partir de ações imediatistas, viabilizando a formação de suas delegações para as Paralimpíadas Escolares, porém, falhando na construção de projetos eficazes em termos da inclusão social. Contudo, vale ressaltar que a implantação de iniciativas, buscando resultados longitudinais, foi evidenciada em estudos acerca do esporte paralímpico escolar em alguns estados brasileiros, de acordo com os dados descritos no último tópico de resultados deste artigo.

Assim, acreditamos que as Paralimpíadas Escolares promovem movimentação nas unidades federativas brasileiras que, aos poucos, apresentam indícios da estruturação de ações no âmbito do esporte paralímpico escolar. Isto porque, a representatividade que as Paralimpíadas Escolares obtiveram ao longo de seu percurso histórico, em nível nacional, repercute em certa pressão, por vezes simbólica, às secretarias de educação e/ou de esporte dos estados para que haja a organização de suas delegações e a viabilização de sua participação nas edições do evento. A possibilidade de obtenção de conquistas para os estados, também parece causar mobilização, repercutindo na implantação de iniciativas locais.

O desenvolvimento de estudos sobre a conformação das Paralimpíadas Escolares nos âmbitos estaduais pode contribuir para a compreensão das composições históricas e da decorrência desta competição nos distintos cenários brasileiros. Todavia, admitimos estas conclusões como provisórias, visto que não buscamos uma verdade, mas, sim, uma possível versão sobre o objeto de estudo. Em próximos estudos, pretendemos abordar os aspectos relativos ao financiamento do evento nacional e, em especial, no caso da região sul do país. Ademais, almejamos aprofundar as discussões acerca da dimensão histórica e sociocultural que atravessa o objeto de estudo por meio da coleta de fontes orais. Por fim, ponderamos que as mídias digitais, especialmente as mídias sociais, parecem indicar perspectivas frutíferas para o desenvolvimento de estudos sobre o esporte para pessoas com deficiência.

Referências

ABREU, Sandra Elaine Aires de. *Pesquisa e análise documental*. 2008.

ANDRADE, Andresa Caravage; et al. Análise documental das políticas públicas de incentivo às práticas físico-esportivas para pessoas com deficiência no Brasil: perspectivas para as Paralimpíadas Rio-2016. *Revista Gestão e Políticas Públicas*, v. 4, n. 1, p. 106-127, 2014.

BARBOZA, Filipe Lopes; LEÃO, Elza. Festival Esportivo do Projeto Centro de Formação Esportiva do Comitê Paralímpico Brasileiro. In: VI Congresso Paradesportivo Internacional, 2018, São Paulo. *Anais do VI Congresso*

Paradesportivo Internacional. São Paulo: Revista Brasileira de Medicina do Esporte, v. 24, n. 6, nov./dez., 2018, p. 80.

BARROS, José D'Assunção. Fontes Históricas: revisitando alguns aspectos primordiais para a Pesquisa Histórica. *Mouseion: Revista do Museu e Arquivo Histórico La Salle*, Canoas: RS, n. 12, mai./ago., p. 129-159, 2012.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BATAGLIONI, Giandra Anceski; GUIMARÃES, Pedro Paulo da Silva; MAZO, Janice Zarpellon. O paradesporto escolar no estado do Rio Grande do Sul e a sua vinculação nas Paralimpíadas Escolares (2010-2017). In: VI Congresso Paradesportivo Internacional, 2018, São Paulo. *Anais do VI Congresso Paradesportivo Internacional*. São Paulo: Revista Brasileira de Medicina do Esporte, v. 24, n. 6, nov./dez., 2018, p. 98.

BERTOLDI, Rafaela; et al. Esporte Paralímpico e possíveis fatores determinantes do desempenho esportivo: estudo de caso. *Motricidade*, Portugal, v. 14, n. S1, p. 254-262, 2018.

BORGMANN, Tiago; ALMEIDA, José Júlio Gavião de. Esporte paralímpico na escola: revisão bibliográfica. *Movimento*, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 53-68, jan./mar., 2015.

BRASIL. *A educação física escolar especial, a inclusiva e as paraolimpíadas*. n. 435. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011. 191 p. Série ação parlamentar. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/5930>>. Acesso em: 1 mar. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 05 ago. 2018.

BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: editora da UNESP, 2011.

BURKE, Peter. *O que é história cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CARDOSO, Vinícius Denardin. *O desenvolvimento da carreira esportiva de atletas paraolímpicos no Brasil*. 2016. 217f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Programa de Pós-graduação em Ciências do Movimento Humano, Porto Alegre, 2016.

CARDOSO, Vinícius Denardin. Os desafios e as possibilidades do esporte paralímpico no estado de Roraima. In: I Seminário Internacional Paralímpico

Escolar, 2017, São Paulo. *Anais do I Seminário Internacional Paralímpico Escolar*. São Paulo, 2017. p. 18.

CHATIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. 2. ed. Lisboa: DIFEL, 1988.

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. *Paralimpíadas Escolares*. Disponível em: <<http://www.cpb.org.br/web/guest/paralimpiadas-escolares>>. Acesso em: 12 set. 2018.

CONDE, Antonio João Manescal; SOBRINHO, Pedro Américo de Souza; SENATORE, Vanilton. *Manual de Orientação para os Professores de Educação Física: Introdução ao Movimento Paraolímpico*. Brasília, DF: Comitê Paraolímpico Brasileiro, 2006, 1CD-ROM.

CUNHA, Leonardo Miglinas; et al. A importância do Clube Escolar Paralímpico na consolidação da ACPD Esportes como principal entidade de formação de jovens atletas do paradesporto no estado do Espírito Santo. In: III Congresso Paralímpico Brasileiro e II Congresso Paradesportivo Internacional, 2012, Natal. *Anais do III Congresso Paralímpico Brasileiro e II Congresso Paradesportivo Internacional*, 2012, p. 456.

DEMORO, Aline S; et al. Atletismo: um sentido da visão do esporte. *Recorde: Revista de História do Esporte*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 1-13, jan./jun., 2014.

FORTES, Rafael. Por um salto de qualidade nas pesquisas do esporte no campo da Comunicação e do Jornalismo. *Revista Latino-americana de Jornalismo*, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 13-27, jan./jun., 2017.

FURTADO, Sabrina. *As ações, os projetos e o financiamento do Comitê Paralímpico Brasileiro no período de 2010 a 2015*. 2017. 126f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Curitiba, 2017.

GESTÃO DO CENTRO DE TREINAMENTO PARALÍMPICO BRASILEIRO E PROJETOS ESTRATÉGICOS. *Planejamento Estratégico – Comitê Paralímpico Brasileiro 2017-2024*. Disponível em: <<http://gestaorecursos.cpb.org.br/documentos/planejamento/Planejamento-Estrategico-2017-2024.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2018.

GIGANTE, Denis; ARAÚJO, Ulisses de. O Projeto Clube Escolar Paraolímpico de Brasília. In: II Congresso Paraolímpico Brasileiro e I Congresso Paradesportivo Internacional, 2011, Uberlândia. *Anais do II Congresso Paraolímpico Brasileiro e I Congresso Paraolímpico Internacional*. 2011, p. 298.

GORLA, José Irineu; CALEGARI, Décio Roberto. O esporte como ferramenta de reconhecimento e valorização da pessoa com deficiência no Brasil.

Conexões: Educação Física, Esporte e Saúde, Campinas, SP, v. 15, n. 2, p. 257-270, abr./jun., 2017.

GOULART, Leonardo Roberto. *Trajetória das Paralimpíadas Escolares de 2009 a 2016*. 48p. 2017. Monografia (Graduação). Departamento de Educação Física, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

HAIACHI, Marcelo de Castro; et al. Reflexões sobre a carreira do atleta paraolímpico brasileiro. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 10, p. 2999-3006, 2016.

HAIACHI, Marcelo de Castro. *O curso de vida do atleta com deficiência: a deficiência e o esporte como eventos marcantes*. 2017. 240f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Programa de Pós-graduação em Ciências do Movimento Humano, Porto Alegre, 2017.

HIPÓLITO, Verônica Silva; WINCKLER, Ciro. Desenvolvimento dos atletas das Paralimpíadas Escolares – Estudo Piloto. In: VI Congresso Paradesportivo Internacional, 2018, São Paulo. *Anais do VI Congresso Paradesportivo Internacional*. São Paulo: Revista Brasileira de Medicina do Esporte, v. 24, n. 6, nov./dez., 2018, p. 67.

INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE. *Education*. Disponível em: <<https://www.paralympic.org/the-ipc/education>>. Acesso em: 10 set 2018.

MACHADO, Mariana Campos Martins; et al. Paradesporto escolar no município de Blumenau/SC: inclusão e acessibilidade para todos. *Extensio UFSC: Revista Eletrônica de Extensão*. Florianópolis, SC, v. 14, n. 25, p. 103-123, 2017.

MARQUES, Renato Francisco Rodrigues; et al. A abordagem midiática sobre o esporte paralímpico: o ponto de vista de atletas brasileiros. *Movimento*, Porto Alegre, v. 20, n. 3, p. 989-1015, jul./set., 2014.

MELO, Victor Andrade de. O trato do esporte nos simpósios da Associação Nacional de História (ANPUH). *Recorde*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 1- 17, jan./jun. 2016.

NETO, Alvaro Rego Millen; ABRAHÃO, Bruno Otávio de Lacerda; MOURA, Diego Luz. Os megaeventos esportivos na agenda das políticas para a educação física escolar no estado do rio de janeiro. *Pensar a Prática*, Goiânia, v. 20, n. 4, out./dez., 2017.

PANCOTTO, Heloísa Pereira. O esporte na agenda governamental das políticas públicas para pessoas com deficiência. *Conexões: Educação Física, Esporte e Saúde, Campinas: SP, v. 15, n. 2, p. 142-171, abr./jun., 2017.*

PEREIRA, Elza Maria Leão; et al. Centro de Formação Esportiva Esporte Paralímpico: Um trampolim para a seleção de base. In: VI Congresso Paradesportivo Internacional, 2018, São Paulo. *Anais do VI Congresso Paradesportivo Internacional*. São Paulo: Revista Brasileira de Medicina do Esporte, v. 24, n. 6, nov./dez., 2018, p. 59.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO ESPORTE PARAOLÍMPICO BRASILEIRO 2010-2016. *Comitê Paralímpico Brasileiro*. Disponível em: <<http://gestaorecursos.cpb.org.br/documentos/planejamento/Planejamento-Estrategico-2010-2016.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2018.

REIS, Arionaldo Borges dos; SOUSA, Suelene Miranda de. Projeto de Esportes “Marabá Paralímpico”. II Congresso Paraense de Educação Especial e I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará, 2015, Pará. *Anais do II Congresso Paraense de Educação Especial e I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará*. Pará, 2015.

REIS, Rafael Estevam; MEZZADRI, Fernando Marinho; SILVA, Marcelo Moraes e. As políticas públicas para o esporte paralímpico no Brasil: apontamentos gerais. *Corpoconsciência*, Cuiabá: MT, v. 21, n. 1, p. 58-69, jan./abr., 2017.

REIS, Rafael Estevam; SILVA, Evelyn Andressa Gavioli da; MEZZADRI, Fernando Marinho. Esporte paralímpico escolar: Um mapeamento das escolas responsáveis pelos atletas participantes das paralimpíadas escolares. In: I Seminário internacional paralímpico escolar, 2017, São Paulo. *Anais do I Seminário internacional paralímpico escolar*. São Paulo, 2017, p. 87.

RÉMOND, René. Algumas questões de alcance geral à guisa da introdução. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). 8. ed. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RESENDE, Mariana Corrêa de. *Análise do perfil psicológico de participantes brasileiros de paradesporto em nível escolar: Motivação e resiliência*. 2018. 96f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São João Del Rei, Programa de Mestrado em Psicologia, São João Del Rei, 2018.

SABADIN, Evelyn Bettinelli Romualdo; LIMA, Flávia Pereira Lopes de. Oferta de esporte paralímpico em contraturno escolar. In: IV Congresso Paradesportivo Internacional, 2014, Florianópolis. *Anais do IV Congresso Paradesportivo Internacional*. 2014, p. 489-493.

SANTOS, Marcelo Henrique dos; et al. Paradesporto Escolar: um estudo de caso dos jogos escolares de minas gerais etapa estadual. In: VI Congresso Paradesportivo Internacional, 2018, São Paulo. *Anais do VI Congresso Paradesportivo Internacional*. São Paulo: Revista Brasileira de Medicina do Esporte, v. 24, n. 6, nov./dez., 2018, p. 105.

SCHERER, Roger Lima; GOULART, Leonardo Roberto; SERON, Bruna Barboza. Trajetória das Paralimpíadas Escolares de 2009 a 2017. In: VI

Congresso Paradesportivo Internacional, 2018, São Paulo. *Anais do VI Congresso Paradesportivo Internacional*. São Paulo: Revista Brasileira de Medicina do Esporte, v. 24, n. 6, nov./dez., 2018, p. 128.

SENATORE, Vanilton. Paraolímpicos do futuro. In: CONDE, Antonio João Manescal; SOBRINHO, Pedro Américo de Souza; SENATORE, Vanilton. *Manual de Orientação para os Professores de Educação Física: Introdução ao Movimento Paraolímpico*. Brasília, DF: Comitê Paraolímpico Brasileiro, 2006, 1CD-ROM.

SILVA, Edislaíne da; CARMO, Silvio Roberto Corsino do. Projeto Clube Escolar Paraolímpico - Iniciação esportiva e a revelação de novos talentos ao esporte paralímpico. In: III Congresso Paralímpico Brasileiro e II Congresso Paradesportivo Internacional, 2012, Natal. *Anais do III Congresso Paralímpico Brasileiro e II Congresso Paradesportivo Internacional*. 2012, p. 484-485.

SILVA, Evelyn Andressa Gavioli da. *Projeto Paralimpíadas Escolares: intenção, evolução, articulações e contribuições ao paradesporto educacional brasileiro*. 2017. 138f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Curitiba, 2017.

SOUZA, Thales Andrade; PEREIRA, Fabiano Quirino da Silva; CABRAL, Soraia Izabel Corêa. Programa Camping Escolar Paralímpico 2018 – Uma proposta de refinamento técnico. In: VI Congresso Paradesportivo Internacional, 2018, São Paulo. *Anais do VI Congresso Paradesportivo Internacional*. São Paulo: Revista Brasileira de Medicina do Esporte, v. 24, n. 6, nov./dez., 2018, p. 115.

Recebido em 31 de janeiro de 2019
Aprovado em 28 de abril de 2019